

Indonésia: Diversidade Geopolítica¹

Therezinha de Castro

Este artigo apresenta um estudo geopolítico sintético da Indonésia e destaca a questão do Timor.

O conjunto de ilhas e arquipélagos da *Insulíndia* que, como autêntico *subcontinente*, a sudeste da Ásia à Austrália era, no período das grandes navegações que caracterizou o advento da Era Moderna, conhecido como *Índias Orientais das Especiarias*.

Dentro da temática geográfica, caracteriza-se por raias paralelas que, da Península da Indochina, *prolongam o Himalaia* por meio de ilhas onde quase

inexistem as planícies e são constantes os abalos sísmicos.

Disseminadas entre o *Índico, Mar da China Meridional e Pacífico*, essas ilhas e arquipélagos atuam como autênticas *linhas divisórias entre os mais variados estreitos e mares periféricos*.

É essa divisória que se insere na *diversidade geopolítica*, criando autêntico *mosaico étnico-linguístico* (malaios, indus, chineses e, até, europeus, embora em minoria), professando o hinduísmo, budismo, islamismo e cristianismo, num cenário profuso de usos e costumes. É ela que, no *posicionamento geoestratégico* imporia movimentada e *diversificada*, História

— desde os primeiros reinos indonésios² (séculos V ao IX)... ao apogeu e decadência do Reino de Shrivijaya (séculos X ao XIII), para desembocar no grande Império Naval do século XV — o Reino Modjopahit, de estrutura feudal, que desapareceria com a chegada dos islâmicos e colonizadores portugueses/holandeses. História que registra assaltos de pirataria, lutas entre metrópoles européias, notáveis batalhas durante a Segunda Guerra Mundial e movimentos nacionalistas que transformaram colônias em países. São esses movimentos nacionalistas que impõem a *diversidade geopolítica*, quer no aparecimento de *mini-Estados* — Singapura, Brunei, Papuá-

professora. Do Corpo permanente Escola Superior de Guerra.

1. Colecionado pelo PADECENE.

2. O significado Índia é palavra malaia; indus, de formação grega, traduzindo-se em ilhas. Assim o topônimo Indonésia significa ilhas da Índia.

sia-Nova Guiné e Timor; quer na *federação* em território descontínuo da Malásia ou, mesmo, em *repúblicas* fragmentadas em ilhas e arquipélagos que se transformam nas Filipinas e Indonésia.

FRAGMENTAÇÃO E SECESSIONISMO

"Unidade na diversidade" é o *lema da Indonésia*, caracterizando bem a realidade de se constituir em uma *república de forma fragmentada*, congregando várias etnias, línguas e religiões.

Como *país sem ser nação*, a Indonésia ocupa o *maior arquipélago do Mundo* com 1.904.345 km², área maior que a de nosso estado do Amazonas (1.564.445 km²) ou seja, 18,38% do total territorial brasileiro. Diferindo do Brasil, com terras contínuas, o *espaço político indonésio* é constituído por mais de 17 mil ilhas vulcânicas ou coralígenas, procurando, desde 17 de agosto de 1945 manter-se como país, a despeito da complicada geografia.

Na *Insulíndia*, seguindo-se ao Sudeste Asiático, sua *base geográfica* se constitui de mares, canais e estreitos separando ilhas geostrate-

gicamente posicionadas entre o *Índico/Pacífico*. Essa base geográfica se estende na *zona equatorial*, com posição nos dois hemisférios da Terra, sucedendo-se de noroeste para sudeste em linhas quase que contínuas de ilhas, diminuindo sucessivamente de área desde Sumatra até Timor, que divide soberania, tal como ocorre em Bornéu e Nova Guiné. O *equador terrestre* corta Sumatra e Bornéu, ficando Java nos 5º de latitude sul, dotando o conjunto de *clima equatorial com temperaturas uniformes*, o mesmo não ocorrendo com a *distribuição das chuvas*, já que a monção vinda da Austrália é menos úmida que a proveniente do Índico.

Sumatra, contrastando com Bornéu, se inclui no *ecúmeno estatal do país centrado em Java* (132.174 km²) que, apesar de representar somente 14% do território indonésio com as ilhas-satélites Madura e Bali, conta com uma das áreas mais povoadas do Mundo, concentrando 2/3 da população, em seu total avaliada (1994) em 194,6 milhões, maior portanto que a do Brasil.

predomina aí a *etnia javanesa*, oferecendo exemplo quase único de grupo equa-

torial laborioso. Daí ser, o javanês, o dialeto principal, e exercer esse povo *acentuado domínio nos destinos do país* que, além das nuances idiomáticas abriga 584 línguas.

Em Java, o *núcleo vital do país* se encontra Djakarta, a capital, e os núcleos urbanos importantes de Bandung, Semarang e Surubaia, voltados para o fluxo comercial que se utiliza do Estreito de Málaca para alcançar os de Marimata e Makasar, rumo às Filipinas e área conjunta do Oriente.

Comparativamente, se Java é o principal centro consumidor do país, Sumatra ou Samatra (430.000 km²) posicionada estrategicamente à beira do Estreito de Málaca, diante da República de Singapura, um dos "tigres asiáticos", é o *grande exportador* da Indonésia com o porto de Medan comerciando, entre outros produtos – a borracha, o café, madeiras, etc.

Sumatra é um parente próximo da Península de Málaca, de forma alongada com mais de 90 vulcões, 12 dos quais ainda em atividade. Margeada, na costa ocidental, por fossa submarina profunda é cortada, no interior, por montanhas.

Encimando Java e Sumatra, entre os Estreitos de Malacá e Makasar, *Borneo*, a maior ilha da Indonésia (736.000 km²), pouco menor que, em conjunto, a área de São Paulo/Paraná/Santa Catarina/Rio Grande do Sul (825.621 km²) recebe, na Indonésia, e detém 535.640 km² de território, o nome de *Sulawesi*. É das regiões menos povoadas do país, contrastando com as demais ilhas por não possuir vulcões.

Seu interior montanhoso é cruzado no centro pela linha equatorial, favorecendo o desenvolvimento de floresta tropical, rica, entre outras espécies, de ébano.

Descoberta pelo português, Antonio de Abreu (1511) seria disputada, nos séculos XVII e XVIII, pelos holandeses e ingleses. Justificando-se sua presença no passado e presente, já que o norte, antiga colônia britânica, se subdividiu no *Brunei* (5.765 km²), em sultanato com território descontínuo, com o restante anexado, desde 1963, à Malásia, a despeito de haver provocado grave conflito com o governo de Jacarta.

A Ilha de Célebes tem forma estranha, assemelhando-se a um feixe de penínsulas amarradas no centro e atiradas no oceano. Ali também se haviam estabelecido os portugueses, em 1625, no porto de Makasar, expulsos em 1660 pelos holandeses. Com 188.000 km², é a 3ª ilha em tamanho no arquipélago indonésio, pouco menor que o nosso Paraná (199.554 km²). São três os seus gol-

**Descoberta
pelo português,
Antonio de Abreu (1511)
seria disputada,
nos séculos
XVII e XVIII,
pelos holandeses
e ingleses.**

fos, orlados por perigosos recifes coralígenos, e quatro as penínsulas. Toda a população vive no litoral, face ao determinismo geográfico, ainda não vencido, de um interior montanhoso com altitudes que atingem os 3.400 metros.

As Molucas com *Halmahera*, a maior de todas no setor norte, *Ceram*, *Buru* e *Amboina* (que possui a capital) no sul, se constituíam

no centro comercial das especiarias dos portugueses até 1602, quando foram conquistadas pelos holandeses da Companhia das Índias Orientais. São trampolins para a *Nova Guiné*, o ponto extremo oriental da Indonésia, que divide sua soberania com outros países independentes, o *Papua-Nova Guiné* (462.840 km²), tendo como garante a Comunidade Britânica. O espaço indonésio (412.781 km²) desde 1963 tem o nome de *Irian Ocidental*.

A paisagem dessa ilha de soberania bipartida é movimentada, possuindo em toda sua extensão um espinhaço com altitudes superiores aos 5.000 metros, formando os maiores precipícios do Mundo. Apesar da proximidade do

equador, essas montanhas possuem neves eternas em seus picos mais altos.

Entre Irian Ocidental e Java, pontilham vários trampolins insulares, tendo Bali e Timor nos seus extremos. Bali participa das características de sua vizinha maior, sendo cognominada de "pequena Java"; mas, face a diversidade geopolítica, se distingue, pelas tradições e cultura, como centro da re-

ligião indu-budista, nela difundida e conservada.

É Bali separada da Ilha de Lombok por profundo canal que traça a chamada "Linha Wallace", nome do naturalista que adotou o setor como fronteira entre as fauna e flora asiática/australiana.

Flores e Sumba também integram a Indonésia, mas Timor é potencial ponto de atrito, já que o diálogo Lisboa/Djakarta tem sido difícil.

PUNCTUM DOLENS

Em 1942 os japoneses invadiram o Império das Índias Orientais dos holandeses. Com a rendição japonesa (1945), não seria mais possível, aos metropolitanos, manter sua autoridade sobre a colônia disseminada sobre o vasto arquipélago que, pouco antes da saída dos invasores, em 17 de agosto de 1945, proclamava sua independência sob o comando do líder nacionalista Sukarno.

Apoiado pelos japoneses, esse líder javanês havia organizado seu quartel-general em Jogiakarta, com tropas seguindo modelo da juventude hitlerista. Conseguiu, por isso, sustentar a independência durante os

quatro anos de guerrilhas contra os holandeses. Esse líder javanês, uma vez tendo a independência reconhecida (1949), para manter a coesão na diversidade, passou a governar o país ditatorialmente.

Afastado do poder em 1966, faleceu recluso em junho de 1971, sem haver conseguido moldar a identidade indonésia, onde de comum só subsiste o islamismo.

O país que abriga o maior número dos seguidores de Maomé do Mundo ficava entregue a outro ditador – Suharto, criador do Sekker Golkar, o partido dos generais. Mantinha, no entanto, a pancasila de Sukarno, ou cinco princípios em indonésio, contendo as regras básicas de um nacionalismo que precisa agir com mão de ferro para manter um país de nação fictícia.

Com "punctum dolens" em vários setores do arquipélago, esses cinco princípios – monoteísmo, humanitarismo, unidade, democracia e justiça – se transformaram no instrumento de controle sobre todas as instituições políticas e sociais do país. Foi esse "punctum dolens" que o Governo de Djakarta teve que enfrentar,

sufocando rebeliões, via de regra separatistas, em Sumatra, Célebes, Molucas e, até mesmo, em Java, e que faria abortar o objetivo de ocupar toda a Nova Guiné e o norte de Bornéu.

Um golpe de estado foi usado para afastar a "ameaça comunista" de 1965, quando a minoria chinesa serviu de "bode expiatório" para que Sukarno fosse afastado do poder. A instabilidade se manifesta 30 anos depois, com a filha de Sukarno, Megawati Sukarnoputri, a frente da oposição, chefiando o PDI (Partido Democrático Indonésio). Repetindo a História, se no passado a ira manifestar-seia contra os chineses, então a face mais visível da elite econômica que mantinha o país na miséria, em julho de 1996 o destaque era para os japoneses, identificados como os principais parceiros da família Suharto, a nova elite político-econômica.

Tudo indica que Suharto, com 75 anos de idade e saúde combalida, pode vir a perder o seu lugar no grupo dos comandantes militares do Golkar, e que o ocidente cristão consiga uma reviravolta no atual "punctum dolens" representado por Timor Leste.

TIMOR LESTE

A Ilha de Timor fez parte do Império Colonial Português desde o início do século XVI, com função predominantemente mercantil, como *empório de especiarias*. Com o declínio marítimo português, a ilha passou a ser disputada pelos holandeses, até que o *Tratado de Madrid* de 1601 viesse a dividi-la entre os dois contendores. Assim, o *oeste* (19.000 km²) ficou sob domínio português, com capital em *Kupang* passando a ser gerenciado pelos holandeses, e o *leste* (14.925 km²) pelos portugueses, tendo *Dili* como capital.³

Em 1974, com a Revolução dos Cravos, que punha fim ao governo salazarista, o que restava do império colonial luso começa a se tornar independente. Assim, no ano seguinte, a FRETILIN (Frente de Timor Leste Independente) proclamava a independência daquele *espaço de língua portuguesa e maioria católica*. Pouco depois, valendo-se da indefinição gerada pela retirada precipitada das autoridades portuguesas,

as tropas de Suharto invadem Timor Leste.

A repressão, que resultou no extermínio de 1/3 da população, foi reprovada internacionalmente, mas só em discursos. Isso porque, durante as crises do petróleo, da década dos 70, a Indonésia se colocava ao lado dos consumidores contra a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), agrupando maioria árabe e islâmica, enquanto o Ocidente ignorava a sorte dos cristãos timorenses.

A justificativa para a invasão de Timor Leste, em 7 de dezembro de 1975, revelava que o aspecto religioso seria anulado pelo ideológico. A alegação era a de se impedir a implantação do regime comunista naquele setor da ilha. Embora a FRETILIN se mostrasse bem mais nacionalista, os Estados Unidos preferiam fazer "vista grossa", em face do insucesso que haviam sofrido no Vietnã.

Por sua vez, as diretrizes do governo indonésio estavam voltadas para o problema atinente aos "punctum dolens". Prendiam-se, assim, bem mais ao princípio de não permitir que mais um foco de *guerrilha endêmica* se instalasse no arquipélago-

nação, à semelhança do que ainda ocorre na Irian Ocidental.

Sem abrir mão do Timor Leste, anexada como província indonésia, *ato considerado ilegal* pela ONU, o Governo de Djakarta continua reprimindo as guerrilhas nacionalistas, como a de 12 de novembro de 1991, em Santa Cruz, que deixou um saldo de 273 mortos e 255 desaparecidos, e a de 22 de julho de 1993, na qual 26 nacionalistas foram presos.

Já então o líder nacionalista Xanana Gusmão havia sido preso (20 de novembro de 1992), e condenado à prisão perpétua, em março de 1993. A pena seria reduzida para 20 anos, em agosto daquele ano.

A política de repressão, além das 10 Resoluções da ONU condenando a invasão e apoiando a autodeterminação, também contou com a moção de condenação por parte da Comunidade Europeia (março de 1993), enquanto fazia o mesmo a Comissão de Direitos Humanos reunida em Genebra. Por sua vez, face a população católica de Timor Leste, praticamente submetida a islamização dentro da "Real Politik" da Indonésia, o Vaticano se mostrou favorável

³ Destacando-se que o território de Timor Leste é descontínuo. Além das ilhotas de Atauro e Jacó, tem dentro do setor indonésio o enclave de Ocuss-Ambeno.

a um simples *estatuto de autonomia*, semelhante ao de Porto Rico, que é Estado Associado dos Estados Unidos.

Enquanto Timor Leste procura existir como nação, com sua língua e seus costumes, em outubro de 1996 a Academia Sueca concedia o *Prêmio Nobel da Paz* para o Bispo Carlos Ximenes Belo e para o Acadêmico José Ramos Horta, ambos cidadãos timorenses.

No mês anterior, Fernando Henrique recebia Ali Alatas das Relações Exteriores da Indonésia, sem qualquer petição em favor da autodeterminação de Timor Leste, que subscrevemos no Fórum da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Mas recebeu nosso governo, com satisfação, a *designação do Prêmio Nobel*, dedicado pelos que o receberam a Xanana Gusmão, cidadão honorário brasileiro desde 7 de agosto de 1996, título concedido pela Câmara Distrital.

No contexto internacional, a transformação de Timor Leste em província indonésia sob o nome de *Timuur*, é considerada como *invasão indevida*, tal como a que o Iraque realizou no Kuwait, guardadas as devi-

das proporções. Não sendo a ilha em questão ainda rica em petróleo explorado como o território do Golfo Pérsico, não conseguiu desencadear conflito envolvendo outros interessados.

"Punctun dolens" ainda por se resolver, Timor Leste é 14 vezes maior que o município do Rio de Janeiro. Não é assim tão pequeno para ser inviável como país, já que o Luxemburgo é 10 vezes menor e Seichelles duas vezes menos povoada – comparação também atinente a 43 outros países membros da ONU, muitos dos quais, coincidentemente vizinhos, por se localizarem em ilhas da Oceania.

CONCLUSÃO

O *mosaico étnico* que constitui a Indonésia tem seu fundamento na História, pois essas ilhas atraíram *diferentes povos* que aí se fixaram em sucessivas levas. Por sua vez o *caráter insular* forjaria as diferenças culturais, temperamentais e até físicas que destacam os malaios dos papuas, e estes dos negritos. Em contrapartida, na qualidade de língua franca, é usado no país o idioma malaio mas, em geral, a população fala *varia-*

das línguas e numerosos dialetos. Nesse contexto, pois, o *termo indonésio* pode ser comparado ao europeu – tal como uma *civilização estabelecida num espaço, sem se constituir num único tipo étnico e sem se expressar numa determinada língua*.

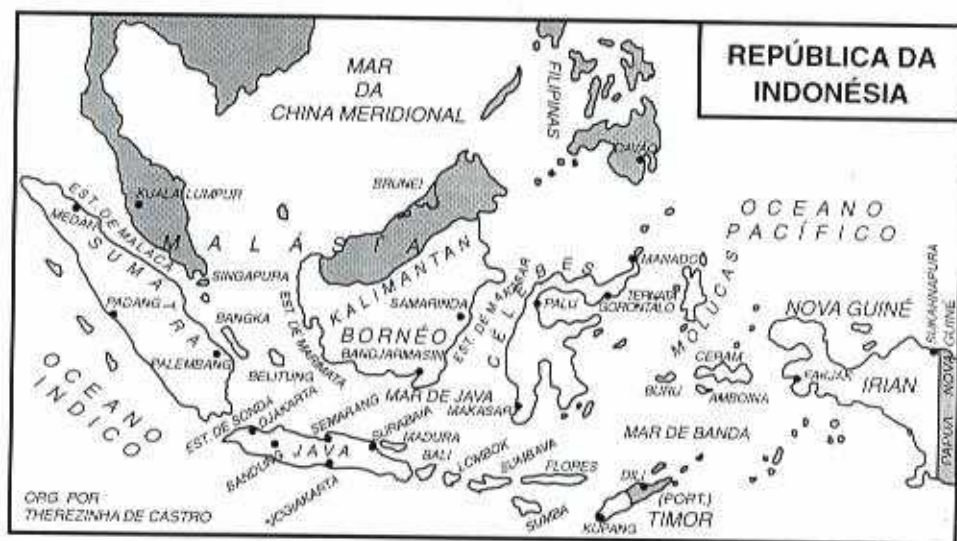
O *islamismo*, embora credo na maioria (86,9%) não conseguiu cimentar o nacionalismo religioso no arquipélago que constitui o 7º país mais povoado do Mundo com seus 194,6 milhões de habitantes (1994), população essa *desigualmente distribuída*, com Java concentrando 70% do total e Bornéu com apenas 8 hab./km².

O superpovoamento de Java leva o *javanês a exercer certo domínio nos destinos do país*, onde convivem pessoas ainda na Idade da Pedra, como os *dayaks*, os *punan*, os *bikit*, os *oloot*, parecendo serem em Bornéu os primitivos malaios chegados ao arquipélago e, também, os *toalas* e os *toadjos* das Célebes e *papuas* da Nova Guiné, orgulhosos de seus costumes primitivos um dos quais – para contrair matrimônio ou entrar no reino do céu ter que decepar a cabeça de um inimigo.

Em consequência, a *democracia dirigida* é filosofia estatal numa república onde é tónica a *diversidade geopolítica*, para enfrentar não só as divergências ideológicas mas, sobretudo, as étnicas e culturais, e para enunciar, também, tendências *paratistas* num arquipélago

que se foi colmatando geopoliticamente aos poucos, após a independência. Conclui-se, pois, que a *Indonésia, país sem ser nação*, não conseguiu ainda congrega-
do que se foi colmatando geopoliticamente aos poucos, após a independência. Conclui-se, pois, que a *Indonésia, país sem ser nação*, não conseguiu ainda congrega-
do que se foi colmatando geopoliticamente aos poucos, após a independência. Conclui-se, pois, que a *Indonésia, país sem ser nação*, não conseguiu ainda congrega-

Irian sem conseguir o Papua, questão que não teve nem o apoio da Ásia em geral, sob argumentação de que os papuas não eram indonésios, o que, por certo, vale para Timor Leste, pois também não são javaneses os timorenses, ou mauberes, nome indígena desse povo.



BIBLIOGRAFIA

- BOYD, Andrew. *Indonésia y Nueva Guinea* – in Atlas de Política Mundial. Editorial Iberia S.A.; Barcelona, 1958.
- RUHAT, Jean. *Histoire de l'Indonésie* – Presses Universitaires de France: Paris, 1958.
- ELGADO DE CARVALHO E CASTRO, Therezinha de. *A Indonésia e o Sudeste Asiático*. Atlas de Relações Internacionais. Nº 3 – IBGE.
- OLDPIEM, Jacques de. *Indonésia: la Faute de Suharto*. Défense Nationale. Octobre, 1996.
- CAMP, Duddley L. *Ásia: Uma Geografia Regional y Económica*. Ediciones Omega: Barcelona, 1952.
- ITTINGTON, William A. *Indonésia*. Focus, vol. XXI. Nº 9, May, 1971.

A Batalha do Passo do Rosário, O Triunfo Incompreendido

Sergio Paulo Muniz Costa*

ultado de pesquisa histórica (bibliográfica e de campo), o artigo contribui para a apreciação do
tido resultado da maior batalha campal travada em solo brasileiro, cujo 170º aniversário este
se comemora.

"Logo aos primeiros anos de minha vida como oficial do exército, senti com mágoa a deficiência de minha preparação histórica. Reconheci sem demora não só que me falecia em geral o conhecimento dos fatos da Pátria, mas sobretudo, o de seus grandes eventos militares."

*Tasso Fragoso
In "A Batalha do Passo do Rosário"*

INTRODUÇÃO

E há 170 anos, no dia 20 de fevereiro de 1827, foi travada, em território brasileiro, uma das batalhas mais importantes da América do Sul, a Batalha do Passo do Rosário, cujo resultado tático, ainda discutível, influenciou decisivamente os acontecimentos subsequentes no Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

A par desse importante significado político, Passo

enente-Coronel de Artilharia e
ado-Maior, sócio efetivo do
MB.



do Rosário foi a primeira batalha campal travada pelo Exército Brasileiro contra inimigo externo após a nossa Independência. Foi ainda o primeiro acontecimento de caráter nacional na História Militar do Brasil indepen-

dente, pois importantes contingentes da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, alguns dos quais com experiência de combate da Guerra da Independência, participaram, com destaque, da Campanha e da Batalha, de-

vido à grande carência de recursos militares na região naquela época.

Uma série de eventos políticos internos no Brasil da época e posteriores simplificações na leitura da história nacional distorceram o significado, o resultado e as consequências da batalha de 20 de fevereiro na Campanha de 1827 e na Guerra da Cisplatina, bem como os seus respectivos resultados. Engendrada por injunções políticas e precedida por concentrações e manobras estratégicas que a condicionariam como decisiva, a batalha foi aparentemente inconclusa, somente do ponto de vista tático, tendo no entanto um papel decisivo na campanha, na Guerra e na História.

A sua descrição não sofreu o mesmo tratamento pelas partes envolvidas e teve diferentes enfoques ao longo dos tempos. A narrativa imediata do lado brasileiro é consubstanciada pelas partes de combate e cartas oficiais do comandante-em-chefe, chefe de Estado-Maior e comandantes de Divisão, que são bastante minuciosas, coerentes e se complementam. Do lado argentino só existem as cartas do General Alvear e do General Mansilla – comandante e chefe do Estado-

Maior, respectivamente –, documentos que deixam várias lacunas e parecem ter uma finalidade política. No final do século passado, o Barão do Rio Branco, um de nossos maiores historiadores militares, remeteu cartas-questionário a Caxias, Osório e Mallet arguindo sobre os acontecimentos ligados à batalha, deles obtendo respostas precisas e esclarecedoras. Antes, em 1852, o capitão baiano Ladislau dos Santos Titara, combatente da campanha contra Oribe e Rosas, tendo acesso a documentos originais em Buenos Aires e compulsando os documentos militares brasileiros fez uma forte defesa do nosso desempenho militar na batalha. No início deste século, em 1911, o então comandante do 8º Regimento de Cavalaria em Uruguaiana, e depois General Tasso Fragoso, fez uma análise minuciosa dos antecedentes e dos fatos ligados direta ou indiretamente à batalha, ainda que num ambiente de época antimonarquista e de pan-americanismo destinado a apaziguar a então belicosa Argentina. Essas são as principais fontes de consulta militares que permitem formular um juízo sobre os acontecimentos daquele longínquo 20 de fevereiro de 1827.

A visita ao local do campo-de-batalha, encerrada a Operação Ibirapuitã, o Exercício de Defesa Externa da 3ª Divisão de Exército, Divisão Encouraçada, ocorrido em novembro de 1996 no Campo de Instrução de Saicã, teve um efeito de catarse, pois diante do monumento em homenagem ao Marechal Abreu e transitando por aqueles lugares históricos, não se pode deixar de ficar inconformado com o ostracismo a que foi remetida a memória daquele heróico feito de armas do nosso Exército em defesa da Pátria, no seu nascedouro como Estado independente. É estimulante constatar também a espontaneidade, a insistência e a convicção com que os companheiros do hoje 4º Regimento de Carros de Combate aquartelado em Rosário do Sul homenageiam, desde a construção em 1959 de um marco evocativo à batalha nas margens da BR-290, os nossos compatriotas, civis e militares, tombados em defesa da Pátria naquele 20 de fevereiro.

A MOLDURA DO QUADRO TÁTICO

As circunstâncias que levaram à batalha e as condi-

ções nas quais foi travada são até hoje polêmicas. A análise tática da batalha é relativamente simples, mas é insuficiente para sua compreensão. O estudo da moldura do quadro tático, constituída pelas marchas de aproximação e tomadas de dispositivos dos dois exércitos, pelos respectivos poderes de combate e pelo terreno, pode ajudar a esclarecer essa polêmica.

MARCHAS DE APROXIMAÇÃO E TOMADA DO DISPOSITIVO

O Exército de campanha brasileiro, denominado Exército do Sul, sob o comando do Tenente-General Felisberto de Caldeira Brandt Pontes, o Marquês de Barbacena¹ marchando na estrada de São Gabriel a Passo do Rosário, ao encontro do Exército de campanha oriental-argentino, denominado Exército Republicano, sob o comando do General Carlos Maria de Alvear² encontrou, por volta das seis horas da manhã do dia 20 de fevereiro de 1827, o inimigo desenvolvido no terreno cerca de seis quilômetros a leste do Passo, ocupando alturas dominantes sobre a dita estrada e arredores.

Na manhã daquela terça-feira, os brasileiros marchavam na convicção de que iriam impedir ou interferir na transposição do Passo do Rosário pelos argentinos e orientais. O Exército do Sul buscava o combate, se possível, na margem direita do Rio Santa Maria. Alguns dias antes, no entanto, o Marquês de Barbacena já havia decidido marchar para o Passo do Rosário com a intenção de interceptar o Exército Republicano que ele julgava estar se retirando através do Passo de São Simão, no sentido de Alegrete e daí para o Rio Uruguai.³

É possível conjecturar, com o apoio de vários indícios, documentados ou não, que o General Alvear conseguiu efetivamente *atrair* o Exército do Sul a uma batalha decisiva cuidadosamente preparada, através de medidas estratégicas e de dissimulação executadas até a véspera da batalha. Somente o surgimento de novos documentos históricos e estudos mais aprofundados poderá esclarecer definitivamente essa questão.

Por razões políticas e estratégicas decorrentes das concepções de guerra e da campanha que serão vistas

¹ Nascido a 19 de setembro de 1772 em Minas Gerais, foi Ajudante-de-Ordens do Governador de Angola e, como Tenente-Coronel, foi Comandante de um Regimento na Bahia, desempenhando papel de destaque nos levantes contra os portugueses por ocasião da Independência. Foi deputado pela Constituinte e era Senador pela Província de Alagoas quando foi convocado por D. Pedro I para assumir o Comando-em-Chefe no Sul, recebendo o título de Visconde de Barbacena, a 12 de setembro de 1826. A 3 de novembro, embarcava para o Sul, recebendo o título de Marquês no dia seguinte e sendo confirmado no posto de Tenente-General a 17 de dezembro.

² Nascido a 25 de outubro de 1789, em Santo Angel de la Guardia, nas Missões, ingressou no Exército Espanhol em 1804. Retornando a Buenos Aires em 1812, assumiu, em maio de 1814, o comando das forças portenhas que operavam na Cisplatina, conquistando Montevideo aos espanhóis, a 20 de junho do mesmo ano. Em 17 de abril de 1815, foi deposto do Governo das Províncias Unidas pelas tropas, exilando-se no Rio de Janeiro, até 1819. Retornando à política no seu país, seria mais tarde, já em plena guerra com o Brasil, Ministro da Guerra e, em seguida, nomeado pelo Governo das Províncias Unidas do Prata, em agosto de 1826, Comandante-em-Chefe do Exército Republicano. Nessa função, reorganizou e disciplinou o mesmo, tornando-o capaz de iniciar a campanha em 26 de dezembro daquele mesmo ano.

³ Em correspondência datada de 17 de fevereiro, em São Gabriel, três dias antes da batalha, o Marquês de Barbacena afirmava "a derrota do inimigo será certa e total se eu puder alcançá-lo" e temia não ter condições para perseguir os adversários até o Rio Uruguai, referindo-se ainda à "fuga vergonhosa e precipitada" do inimigo (FRAGOSO, Tasso, A Batalha do Passo do Rosário, Segunda Parte, Capítulo III, pg. 219. Biblioteca do Exército Editora, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1951.)

mais adiante, o General Alvear tinha que travar uma batalha decisiva e sabia que o Exército do Sul, inferior numericamente e em cavalaria, não seria a ela atraído facilmente.

Uma série de indícios fundamentam a tese de que após a estada em Bagé, tendo falhado no seu intento de bater o Exército do Sul por partes, o General Alvear manobrou cuidadosamente no sentido de *atrair* os brasileiros à batalha decisiva. Através do Conselho de Guerra realizado em Bagé no dia 4 de fevereiro de 1827⁴, o comando do Exército Republicano decidiu

que o Exército do Sul deveria ser *atraído* a uma batalha a ser travada em terreno escolhido pelos argentinos e orientais. Logo de início, deixando Bagé, o General Alvear fez o seu exército tomar o rumo norte, estimando acertadamente o efeito moral e psicológico que o agravamento da invasão produziria sobre o comandante brasileiro, que aliás se queixaria amargamente, em correspondência posterior à batalha,⁵ desse efeito sobre o processo decisório. Antes da batalha, no entanto, foi registrado contagiante entusiasmo no Exército do Sul quando a

tropa soube que iria dar combate ao inimigo em retirada.

Em seguida, a forte ação de cavalaria contra a Primeira Brigada de Cavalaria Ligeira sob o comando de Bento Manuel, no Passo do Umbu, reforçou a idéia de que o Exército Republicano se ocupava de proteger seu flanco direito na sua marcha para oeste demandando o Passo de São Simão.⁶ O efeito desse combate, taticamente bem-sucedido para nossa cavalaria, teria efeito desastroso para o Exército do Sul. Rompeu-se o contato com o inimigo, ao mesmo tempo que, obstruída sua passagem para o norte através do Umbu, passava-se a acreditar que o Exército Republicano retiraria através do Passo de São Simão rumo a Alegrete. O pior de tudo é que a Primeira Brigada Ligeira, pretendendo se antecipar à marcha o Exército Republicano, afastou-se no rumo noroeste⁷, ficando ausente do campo-de-batalha de 20 de fevereiro.

Com liberdade de manobra e sabedor da orientação do Exército do Sul rumo ao Passo do Rosário, o comandante argentino se antecipou e chegou ao Passo na madrugada de 19 de fevereiro, con-

⁴ Segundo Brandsen, no Conselho de Guerra realizado em Bagé, no dia 4 de fevereiro, do qual participaram generais e coronéis, o General Alvear teria afirmado que o objetivo da invasão "será provavelmente obrigar o exército brasileiro a ceder ao clamor de seus habitantes ou à confiança que deve ter em si, após a incorporação da divisão de Rio Grande, saindo das fortes posições que elegeu, e vindo apresentar-lhes batalha em um campo já por eles escolhido e favorável ao desenvolvimento de sua numerosa cavalaria, que é a principal força do exército republicano". (FRAGOSO, Tasso. A Batalha do Passo do Rosário. Segunda Parte, Capítulo V, pg. 263. Biblioteca do Exército Editora, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1951.)

⁵ Parte do Marquês de Barbacena ao Conde de Lages, Ministro da Guerra, datada de 25 de fevereiro de 1827 na Vacacai. Ibidem, Apêndice Documental, pg. 407.)

⁶ A despeito de forçar Bento Manuel a recuar para o outro lado do Ibicuí, Mansilla não ultrapassou o passo. Nesse caso, a direção mais provável do inimigo era o Passo de São Simão.

⁷ A mensagem de Bento Manuel ao Marquês de Barbacena, datada de 15 de fevereiro, que chegaria às mãos do Marquês às 17:00 hs de 17 de fevereiro, dizia textualmente: "O carretame inimigo baixou hoje pelo Campo da Cruz, entre o banhado do Jacaré e Cacequi; é certa a retirada por São Simão. Eu hoje vou ficar em Ibicuí, no Passo do Umbu, pôr as minhas cavalhadas em segurança, e fazer-lhe guerrilhas, até passar em Santa Maria, logo que passarem no fundo do Loreto, e vou sair adiante. Eles, segundo as suas marchas, só depois de amanhã poderão chegar ao passo." (Ibidem, pg. 238.)

centrando todo o exército junto ao rio. Depois de passar alguma cavalaria para a margem oeste, que retornou à tarde, o Exército Republicano contramarchou no sentido de São Gabriel, bivacando, às 23h, em local próximo ao campo-de-batalha do dia seguinte. Aos comandantes de regimento e à própria tropa parecia que o Exército Republicano estava encurralado e que eram necessárias medidas urgentes para sair daquela situação. Todos esses acontecimentos reforçaram a impressão de que o Exército Republicano tentava se retirar no rumo oeste.

A vanguarda do Exército do Sul estabeleceu contato com o inimigo na tarde de 19 de fevereiro, recolhendo-se ao grosso do exército ao anoitecer. O Marquês de Barbacena decidiu apressar sua marcha. A vanguarda sob o comando do General Abreu partiu "logo que saiu a lua" e o restante do exército partiu a uma hora do dia 20, seguindo a estrada de São Gabriel a Passo do Rosário.⁷

PODER DE COMBATE

Na avaliação do poder de combate dos adversários na batalha de 20 de fevereiro,

deve-se levar em conta a questão dos efetivos, a composição dos exércitos e o armamento empregado.

O Exército Republicano, oriundo do chamado Exército de Observação concentrado pelos argentinos antes da guerra na margem direita do Uruguai, completou, por razões políticas, sua mobilização na Cisplatina. Foi resultado de um enorme esforço das Províncias Unidas do Rio da Prata sob a liderança de Buenos Aires. Estima-se que tenha reunido no acampamento de Arroio Grande cerca de 12.000 homens, sem obrigação de manter qualquer praça de guerra, procurando atingir os objetivos da campanha e da guerra ofensivamente.

O Exército Brasileiro se encontrava na defensiva estratégica, obrigado a manter Montevidéu, Colônia, a praça de Rio Grande e a fronteira das Missões. Atendidas todas essas necessidades, pôde ser reunido um Exército de Campanha, o Exército do Sul, com efetivo de cerca de 7.000 homens.

Uma estimativa aproximada do efetivo do Exército Republicano em 20 de fevereiro de 1827 pode ser extraída da análise da tabela 1.

Em relação aos argentinos e orientais, o dado mais confiável é o mapa capturado em Bagé, documento apontado por Titara.⁸ Da comparação do mapa de Bagé com a estimativa de Titara verifica-se que o efetivo dos argentinos, elementos mais regulares no Exército Republicano, baixou de 6.832, em 20 de fevereiro, para 6.310, em 22 de abril, redução coerente com o número de baixas sofridas pelos mesmos em Passo do Rosário e nos combates posteriores. Parece haver, no entanto, uma superestimativa de Titara em relação à Divisão Oriental. Esta, constituída por muitos irregulares, poderia ter maiores flutuações do efetivo, função de deserções e adesões. Se aplicarmos ao efetivo de orientais apontado no mapa de Bagé um percentual de baixas idêntico ao sofrido pelos argentinos na batalha de 20 de fevereiro, teremos, em

⁷ TITARA, Ladislau dos Santos. "Parte Segunda", in "Memórias do Grande Exército Aliado Libertador do Sul da América, na Guerra de 1851 a 1852, e dos acontecimentos mais notáveis que a precederam, desde vinte anos". Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1950, Cap. I, pg. 118.

Tabela 1 – Avaliação do Efetivo do Exército Republicano

EFETIVOS															
UNIDADES E		Segundo Idrich e Fregreiro				Segundo Titara				De acordo co o mapa de 22/04/1827 encontrado em Bage					
CORPOS		Por unidade	Inf	Inf + Art	Cav	Artilharia	Por unidade	Inf	Inf + Art	Cav	Artilharia	Por unidade	Inf	Inf + Art	Cav
Artilharia		503				Artilharia	600				Artilharia	472			
1º BC		452				1º BC	400				1º BC	451			
2º BC		416				2º BC	470				2º BC	490			
3º BC		534	1901			3º BC	300	1578			3º BC	496	1996		
5º BC		499				5º BC	408				5º BC	559			
1º RC		510				1º RC	460				1º RC	512			
2º RC		574				2º RC	404				2º RC	504			
3º RC		351		2404		3º RC	466		2178		3º RC	426		2468	
4º RC		393				4º RC	509				4º RC	434			
8º RC		473				8º RC	520				8º RC	444			
9º RC		512			6490	9º RC	560			6490	9º RC	429			6379
16º RC		415				16º RC	475				16º RC	457			
Colorados		422				Colorados	500				Colorados	436			
Esqd Cour		140				Esqd Cour	495				Esqd Cour	200			
Lanc Alem		7				Lanc Alem	260				Lanc Alem	?			
Div Oriental		2700				Div Oriental	3690				Div Oriental	2537			
				Argentinos	6194				Argentinos	6827				Argentinos	6310
				Orientais	2700				Orientais	3690				Orientais	2537
				Total	8894				Total	10517				Total	8847

	Exército Imperial		Força em Combate				Dita - fora dele			
	Comandante	Cav	InfArt	Total	Cav	Inf				
1ª Divisão	Brig. Sebastião Pereira Lima	1496	1139		2635	197	95	292		
2ª Divisão	Dita João Crisóstomo Calado	645	897		1542	170	58	228		
Artilharia	Cel Tomé Madeira (10 peças)		240	240						
1ª Bda Lig	Dita Bento Manuel Ribeiro	590		590	1200					Total do exército bras. em
2ª Bda Lig	Dita Bento Gonçalves da Silva			0				1200		combate e fora dele
Somas Parciais		2731	2036	240	5007	1567	153	1720		6727

sentido inverso, naquela data, um efetivo de cerca de 2.700 orientais, coerente com os dados apontados por Baldrich e Fregeiro para o início da campanha. Portanto, é razoável estimar que, em 20 de fevereiro de 1827, o efetivo do Exército Republicano fosse de 6.800 argentinos e 2.700 uruguaios, totalizando 9.500 homens. Esse efetivo entrou paulatinamente em combate, em consequência da manobra concebida pelo General Alvear.

Quanto aos brasileiros, o mapa da força para 20 de fevereiro, citado por Titara e indicado por Caxias, quando inquirido pelo Instituto Histórico e Geográfico, é bastante claro.

Ao contrário do Exército Republicano, o Exército do Sul lançou praticamente todo seu efetivo na batalha nos primeiros contatos.

A composição dos Exércitos era bastante diferente. Enquanto o Exército do Sul tinha um núcleo de tropas regulares de infantaria, ca-

valaria e artilharia razoavelmente equipadas e armadas, em torno do qual se aglutinaram unidades de milícia e de irregulares gaúchos, o Exército Republicano era um mosaico de tropas provinciais, onde mesmo os elementos regulares sofriam sérias deficiências de equipamento e armamento.⁹

O grande trunfo do Exército Republicano era o poder de choque de sua vasta cavalaria, que empregava predominantemente a arma branca. O Exército do Sul, no qual predominava a infantaria, tinha no fogo seu maior efeito, graças à experiência de combate, capacidade de comando e disciplina de seus batalhões de caçadores. A própria cavalaria brasileira se caracterizava pelo emprego da arma de fogo, o que denota disponibilidade de armamentos e capacidade de empregá-lo.

O armamento da infantaria brasileira era o fuzil de pederneira *Tower*, com alcance de 250 metros, e a ar-

⁹ Segundo o Tenente-Coronel Baldrich (FRAGOSO, Tasso. A Batalha do Passo do Rosário. Segunda Parte, Capítulo V, pg. 251. Biblioteca do Exército Editora, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1951) a infantaria argentina, apesar de dotada de bons fuzis, não dispunha de polvorinhos nem de cintos e bornais para o transporte individual da munição, bem como de cantis. Esse aspecto é importante na avaliação do poder de combate da infantaria inimiga em Passo do Rosário.

tilharia empregava canhões de bronze, ingleses, que disparavam projéteis de 6 libras a 800 metros. Pouco se sabe do armamento empregado pelo Exército Republicano além do que Baldrich conta.

No cômputo geral, não parece haver dúvidas quanto ao superior poder de combate do Exército Republicano, graças à sua superioridade numérica e à maior disponibilidade da arma de cavalaria, cuja mobilidade e poder de choque proporcionavam, naquela área operacional, uma nítida van-

tagem aos orientais e argentinos.

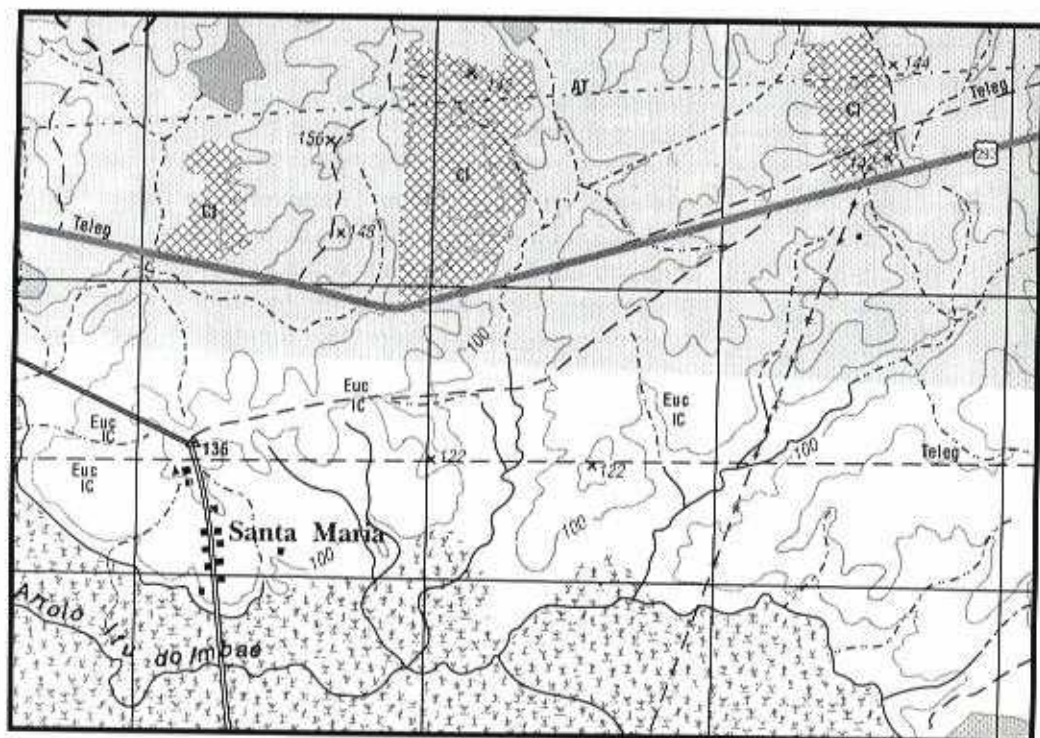
O TERRENO

A batalha foi travada nas margens da hoje denominada Sanga do Areal, que Tasso Fragoso divide em Sanga do Areal e Sanga do Barro Negro, desaguando no Arroio Imbaé ou Ituzaingó.

De ambos os lados da sanga se elevam, a oeste e leste, coxilhas paralelas à mesma, observando-se um declive do norte para o sul, à medida que a Sanga do

Areal procura a várzea do Imbaé.

A primeira linha de alturas a oeste da sanga domina ligeiramente o terreno a leste, que seria ocupado pelos brasileiros. Segundo depoimentos argentinos, a sanga naquele dia limitou e dissociou os ataques de sua cavalaria na faixa central da zona de ação, só permitindo o emprego da mesma a oeste da sanga. Nas faixas norte e sul da zona de ação não havia obstáculos que dificultassem o emprego da cavalaria. Verifica-se, portanto,



que o local da batalha favorecia o emprego de infantaria na sua faixa central e de cavalaria nos flancos.

Testemunhas da batalha afirmaram que o fogo que varreu o campo-de-batalha começou na vegetação ciliar da sanga, ateado pelos volteadores do Exército Republicano, que tiroteavam com a vanguarda da 1ª Divisão do Exército do Sul. Esse fogo teria também sido ateado em outros pontos do campo seco pela cavalaria do Exército Republicano.

A ligeira dominância das alturas a oeste, além de permitir a observação sobre todos os movimentos a leste da sanga, permitia ocultar fortes reservas na contra-encosta das alturas a oeste, fora das vistas de quem se aproximava pela estrada de São Gabriel, pelo leste.

O terreno fora bem esco-

lhido pelo comandante do Exército Republicano.

A BATALHA

O Exército Brasileiro marchou no dia 19 até às 12h30min, bivacando a 18 km do Passo do Rosário, onde permaneceu até 1h de 20 de fevereiro, quando retomou a marcha. Às 6h a vanguarda, sob o comando do General Abreu, avistou o inimigo nas colinas a leste do Passo. O general-em-chefe e o chefe de Estado-Maior foram "reconhecer o campo" e concordaram que *... não obstante a superioridade numérica do inimigo, um ataque imediato e vigoroso, durante o entusiasmo de nossa tropa, poderia decidir da batalha e, quando fôssemos infelizes, havia retirada segura para o Cacequi e montanhas da capela de Santa Maria.*

TOMADA DOS DISPOSITIVOS EXÉRCITO SUL

O General Brown, chefe do Estado-Maior do Exército de Campanha brasileiro, conduziu ou indicou as posições a serem ocupadas pelas divisões Barreto e Callado. Dos depoimentos das testemunhas é possível entender que o dispositivo de ataque brasileiro previa as duas divisões em escalão, com a Divisão Barreto, a mais forte, com cerca de 2.500 homens, na ação principal e a Divisão Callado, com cerca de 1.600 homens, na ação secundária, protegendo o Flanco S e apoiando a 1ª Divisão. Era a tendência da ordem oblíqua, predominante no século XVIII. O flanco N seria coberto pela 2ª Brigada de Cavalaria Ligeira, de Bento Gonçalves, tendo em vista o

COMPOSIÇÃO DOS MEIOS

EXÉRCITO REPUBLICANO

Cmt: Ten-Gen. Carlos Maria de Alvar
Ch EM: Gen Mansilla

1º Corpo-LAVALLEJA

1ª Divisão-LAGUNA

2ª Divisão(9º RC)+M. ORIBE

3ª Divisão-INÁCIO ORIBE

2º Corpo-ALVEAR

1ª Div(1º RC; 3º RC)BRANDSEN

2ª Div(4º RC; Col; EsqdL)LAVALLE

3ª Div(8º RC; 16º RC)ZUFRIATÉGUI

3º Corpo-SOLER

1ª Div(2º RC; CMil)PAZ

2ª Div(1º BC, 2º BC, 3º BC, 5º BC)OLAZABAL

3ª Div(RArt; EsqdMil; Parque)IRIARTE

EXÉRCITO DO SUL

Cmt: Ten-Gen. Felisberto Caldeira Brandt Pontes

Ch EM: Marechal Gustavo Henrique Brown

Ajudante-General: Brigadeiro Francisco José de Souza Soares de Andréia

Cmt Geral Art: Coronel Tomé Fernandes Madeira

Quartel-Mestre General: Ten-Cel Antônio Elisário de Miranda e Brito

1ª Divisão –

BARRETO

- 1ª Bda Cav-Cel Calmon
(1ª RC; 24ª RCMil)
- 2ª Bda Cav-Cel M. Pereira
(4ª RC; Esq LancAl; 40ª RCMil)
- 1ª Bda Inf-Cel L. Bandeira
(3ª BC; 4ª BC; 27ª BC)
- Bia CAM-Ten Mallet
- Bia CAM-Ten Pereira
- Bia CAM-Cap Caldas
- Bia CAM-Cap L. Coelho

2ª Divisão –

CALLADO

- 3ª Bda Cav-Cel Pita
(6ª RC; 20ª RC; Esqd BA)
- 4ª Bda Cav-Cel Tomás
(3ª RC; 5ª RC)
- 2ª Bda Inf-Cel L. Pacheco
(13ª e BC; 18BC)
- Bia CAP-Major Samuel Paz

1ª Bda Cav Lig –

B. MANUEL

- 22ª RC
- 23ª RC
- 8 (nito) Cia Guerr
- 2 (dois) Esqd Lanc

2ª Bda Cav Lig –

B. GONÇALVES

- 21ª RCMil
- 39ª RCMil
- 4 (quatro) Cia Guerr

Vanguarda – ABREU

560 voluntários civis

contínuo desdobramento do flanco esquerdo dos argentinos face à nossa direita. As ordens iniciais ao Brigadeiro Callado eram no sentido de atravessar a sanga e postar-se frente à Divisão Lavalleya.

No entanto, à medida que o Exército Republicano se desenvolvia no terreno, o Marquês de Barbacena e o seu chefe de Estado-Maior, o General Brown, constataram que o poder de combate do inimigo era superior ao esperado e que este ocupa-

va uma frente bem mais ampla do que a do Exército do Sul. Assim foram decididas, logo ao início da batalha, duas modificações no dispositivo brasileiro. A primeira estipulava que a 2ª Divisão não mais atravessaria a sanga, colocando-se mais perto da 1ª Divisão e tendo à sua esquerda a força do General Abreu, passando a uma atitude defensiva. A segunda modificação previa o emprego da 3ª Bda Cav, integrante da 2ª Divisão, em observação do flanco direi-

to do Exército do Sul, face ao contínuo desenvolvimento da ala esquerda inimiga.

EXÉRCITO REPUBLICANO

Alvear aguardou a chegada do Exército do Sul com o 5º Batalhão de Caçadores (Dias) e o 2º Regimento de Cavalaria (Paz), ambos do II Corpo-de-Exército (Soler) ao centro, tendo nos flancos o I Corpo-de-Exército (Lavalleya), com as 2ª e 3ª Divisões (Inácio e Manuel Oribe) ao Sul, que ficariam

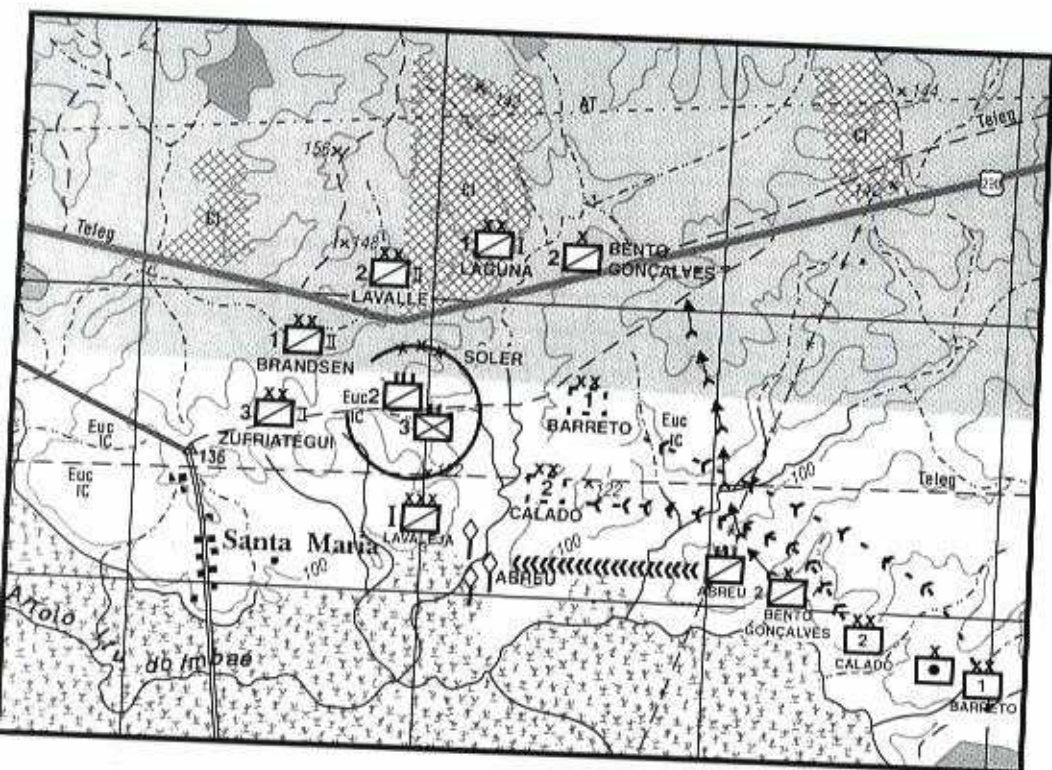
face à Divisão Callado, e a 1ª Divisão (Laguna) ao Norte, que ficaria face à Divisão Barreto.

Numa segunda linha estava reunido o II Corpo-de-

Exército, sob o comando do próprio Alvear, com a 2ª Divisão (Lavalle) ao Norte, a 1ª Divisão (Brandesen), a mais forte, ao centro, e a 3ª Divisão (Zufriatogui) ao

Sul.

O restante do III Corpo-de-Exército, ou seja, o grosso da infantaria e artilharia, estava mais à retaguarda, a cavaleiro da estrada.

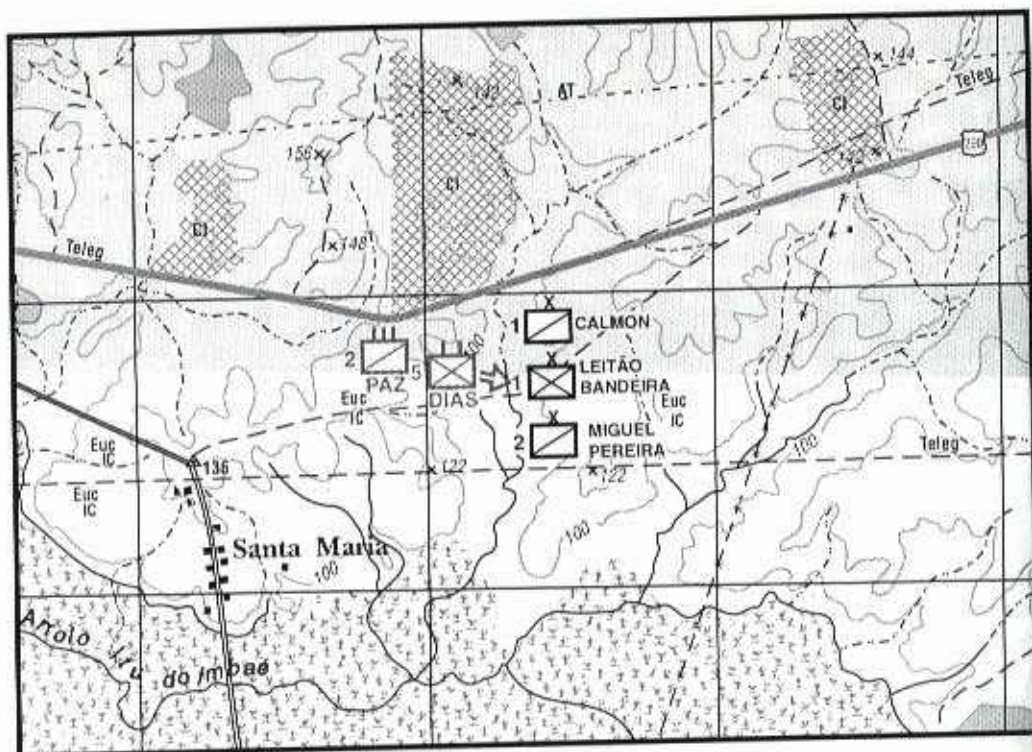


AÇÕES DA DIVISÃO BARRETO

Por volta das 07:30 hs a artilharia brasileira abriu fogo em toda a linha, causando baixas nas fileiras inimigas, dentre as quais a morte do Subcomandante do 2º

Regimento de Cavalaria. O 5º Batalhão de Caçadores e o 2º Regimento de Cavalaria inimigos vieram atravessar a sanga a hostilizar a 1ª Divisão. A 1ª Divisão estava desenvolvida no terreno com a 1ª Brigada de Cavalaria ao Norte, a 1ª Brigada de Infan-

taria ao Centro e a 2ª Brigada de Cavalaria ao Sul. O 40º Regimento de Cavalaria de Milícias, da 2ª Brigada de Cavalaria, o Regimento Lunarejo, de Santana do Livramento, carregou contra esse destacamento inimigo, rechaçando-o por três vezes.



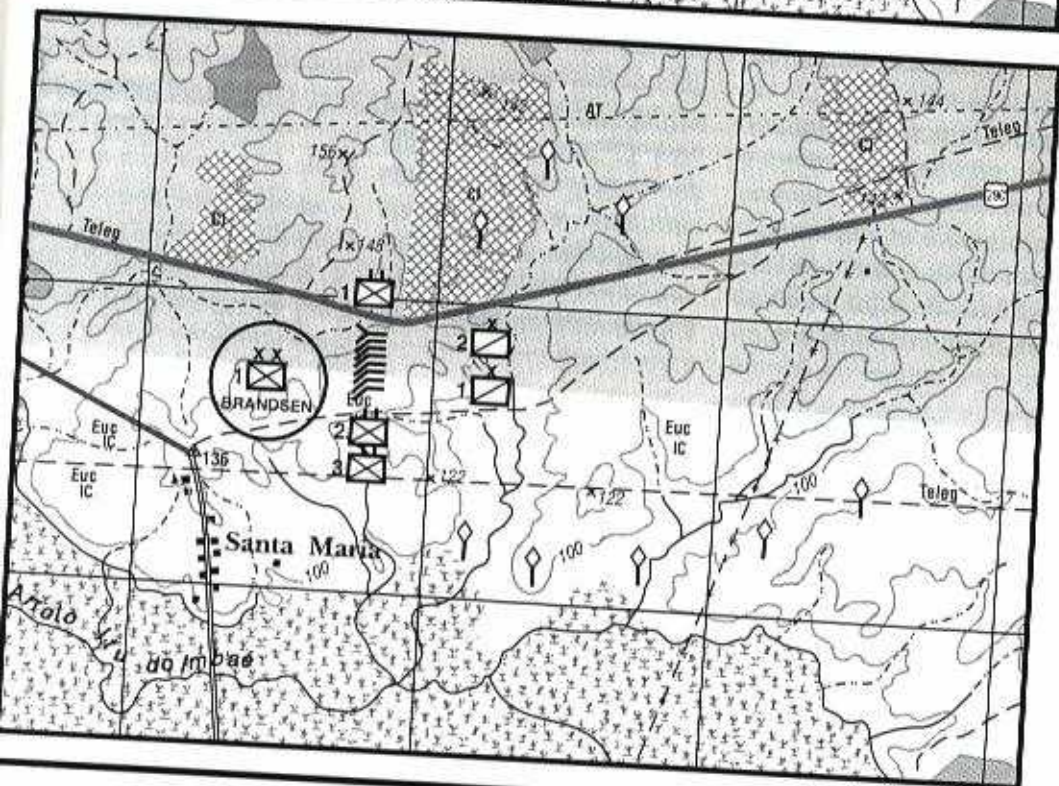
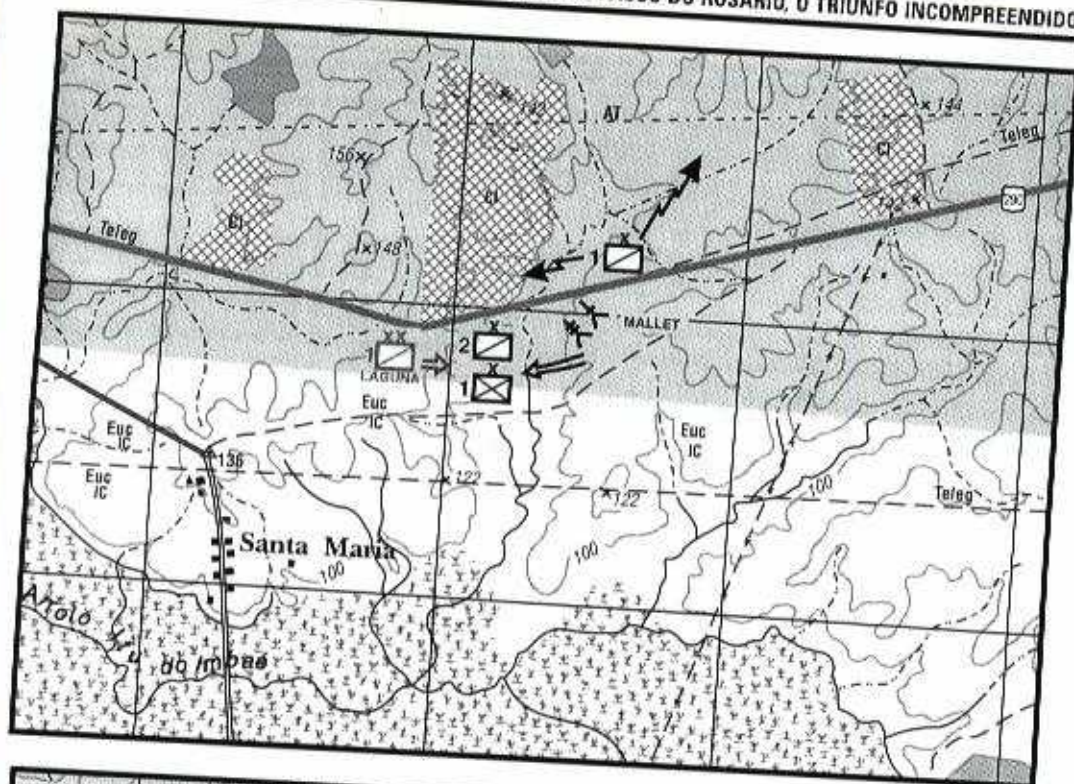
A 1ª Divisão recebe ordem para atacar e adota um novo dispositivo, com as 2ª e 1ª Brigadas de Cavalaria escalonadas em profundidade no flanco Norte da 1ª Brigada de Infantaria, tendo duas peças de artilharia de acompanhamento sob o comando do Tenente Mallet. Esse dispositivo foi adotado até a ultrapassagem da sanga, que deteve a marcha da artilharia. A 1ª Brigada de Cavalaria permaneceu em expectativa a Leste da sanga, protegendo o flanco norte da 1ª Divisão. Nessa

progressão, a 1ª Divisão, avançando com a 2ª Brigada de Cavalaria à direita e a 1ª Brigada de Infantaria à esquerda, recalcou o 5º Batalhão de Caçadores e o 2º Regimento de Cavalaria inimigos até a encosta da coxilha, quando foi atacada pela 2ª Divisão do I Corpo, a Divisão Laguna. Esse ataque foi derrotado pela cavalaria brasileira que perseguiu os orientais até o topo da colina.

No topo da coxilha já se desenvolviam, a essa altura os 1º, 2º e 3º Batalhões de

Caçadores, bem como o grosso da artilharia argentina, com o intuito de barrar o avanço da 1ª Divisão, que continuava a avançar com a 2ª Brigada de Cavalaria (4º Regimento de Cavalaria, Regimento Lunarejo, o Esquadrão LancAl) e a 1ª Brigada de Infantaria (3º, 4º e 27º Batalhões de Caçadores). Durante algum tempo alternaram-se as cargas de cavalarias de ambos os lados, enquanto a Divisão Barreto fazia uma pausa no seu avanço para se defender das seguintes cargas.

A BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO, O TRIUNFO INCOMPREENDIDO



Durante essa fase do combate, a Divisão Barreto esteve debaixo de forte fogo de artilharia e infantaria, sem poder revidar, por ter sua artilharia de acompanhamento ficado do outro lado da sanga.

Por volta das 12:00 hs, a 1ª Divisão retomou sua progressão, com o intuito de investir contra as baterias e a infantaria inimiga. Os argentinos lançaram, nessa altura, uma carga dos couraceiros contra a 1ª Divisão que os repeliu com muitas baixas, tendo caído prisioneiro o próprio comandante dos couraceiros. Alvear decide lançar contra a Divisão Barreto a 1ª Divisão, comandada por Brandsen. A carga, a exemplo das anteriores, pára no fogo certeiro da infantaria brasileira formada em quadrado. Morre no ataque o Comandante da 1ª Divisão do II Corpo-de-Exército, o Coronel Brandsen.

A essa altura, a Divisão Lavalle, inicialmente disposta à esquerda do dispositivo argentino, atrás da Divisão Laguna, fez um bem sucedido ataque de flanco contra a 1ª Brigada de Cavalaria, que ficara em proteção ao flanco Norte do Exército, do outro lado da sanga. Anteriormente, uma força de cavalaria do Exército Republicano atuando nesse setor dispersara a 2ª Brigada de Cavalaria Ligeira.¹⁰ Rompera-se portanto, com o ataque de Lavalle, a proteção do flanco direito da 1ª Divisão.

Apesar dos sucessivos êxitos da 1ª Divisão na sua progressão vitoriosa até quase o topo da colina, o Marquês de Barbacena, que observava toda a batalha de uma elevação central a leste da sanga, já ciente de que enfrentava todo o Exército Republicano, percebeu que não tinha poder de combate para destruir o inimigo e que

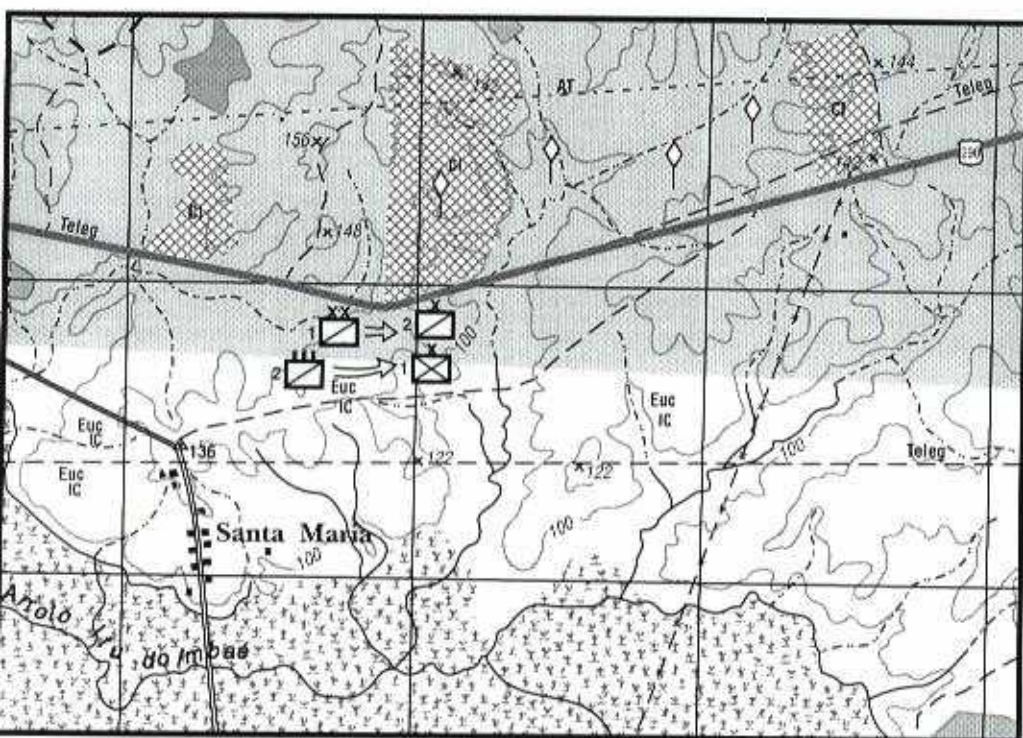
este, superior em número e em cavalaria, procurava envolvê-lo e infiltrar-se nos intervalos das duas divisões. A 2ª Divisão, engajada, sucessivamente, pelas 2ª e 3ª Divisões Orientais e pela 3ª Divisão (Zufriatégui) do II Corpo-de-Exército, não podia apoiar a Divisão Barreto, abrindo-se entre as mesmas uma brecha explorada pela cavalaria inimiga.

Incursões de flanqueamento e infiltração dessa cavalaria inimiga já haviam provocado desordem na nossa retaguarda, com perda de equipamentos e munições. Embora vários elementos de cavalaria inimiga infiltrados tenham sido destruídos à retaguarda das 1ª e 2ª divisões, a leste da sanga, outros elementos já atuavam na estrada de São Gabriel e procuravam fazer o mesmo na estrada de Cacequi.

Por volta das 13:00 hs, consideradas pelo Comandante-em-Chefe e pelo Chefe do Estado-Maior¹¹ todas as razões anteriores, foi dado o toque de retirada. A Divisão Barreto marchou para sua posição inicial a leste da sanga, descansou cerca de vinte minutos, pôs-se em ordem para transportar feridos e estropiados e deu início à sua retirada.

¹⁰ A 2ª Brigada de Cavalaria Ligeira, comandada pelo Coronel Bento Gonçalves, estaria constituída por 2 (dois) regimentos de milícias e diversas companhias de guerrilhas e lanceiros. O efetivo dessa Brigada girava em torno de 500 homens, dos quais cerca de 200 lanceiros uruguaios, sob o comando do Coronel Isas Calderón, ao serem investidos pela cavalaria adversária, se retiraram do campo de batalha. A Brigada, embora tenha se dispersado nesse episódio, não abandonou o campo de batalha e protegeu o flanco Norte da 1ª Divisão na retirada para o Passo do Cacequi.

¹¹ Não está claro quem teve a iniciativa de propor a suspensão do combate. Barbacena assumiu a decisão e Brown, em sua parte datada de 29 de fevereiro, opina que era inútil continuar um combate que nenhuma probabilidade oferecia de bom resultado.



AÇÕES DA DIVISÃO CALLADO

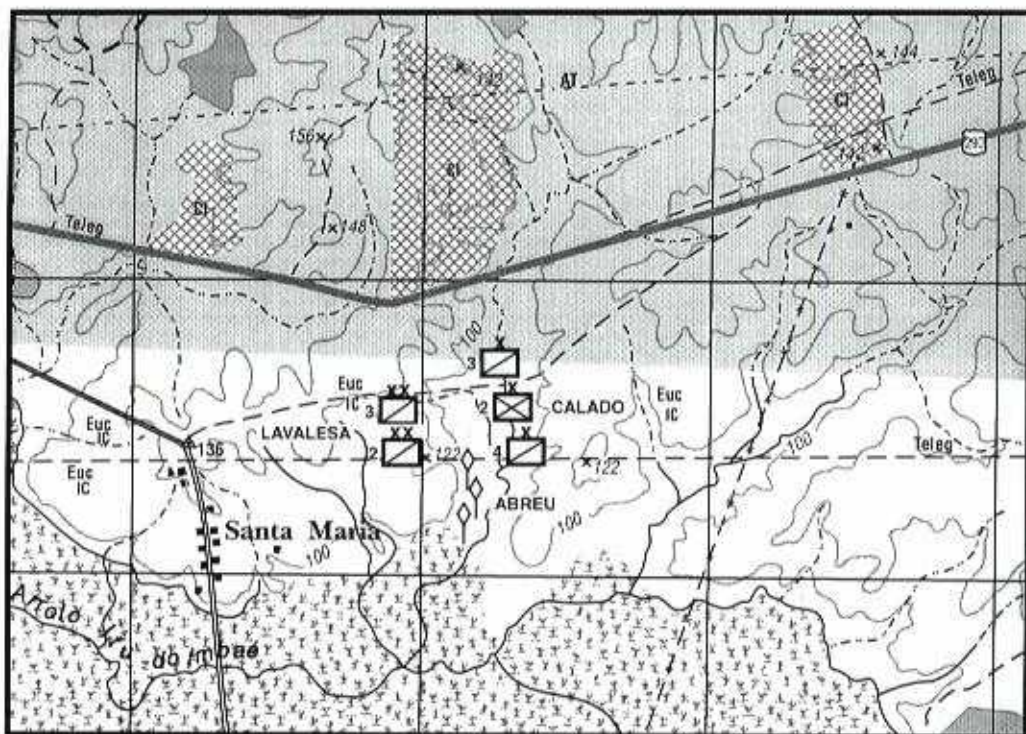
Como já foi dito, a intenção do General Brown era posicionar a 2ª Divisão do outro lado da sanga para hostilizar a Divisão Lavalleya. No entanto, o terreno e o poder de combate do inimigo levaram a um novo dispositivo aquém da sanga, com o destacamento do General Abreu à frente e à esquerda e duas peças de artilharia, sob o controle do Comandante do Exército, à direita. Embora a ordem para

modificação do dispositivo tenha alcançado o Comandante da Divisão quando essa marchava para a posição inicialmente determinada, o General Callado foi claro na sua parte em afirmar que ocupou a nova posição, na qual seria atacado pelo inimigo.

A mudança de direção no deslocamento da 2ª Divisão foi percebida por Alvear, que determinou a Lavalleya que carregasse contra ela, afirmando que do sucesso daquela carga dependeria o êxito da batalha. Lavalleya

pediu uma reserva para sustentá-lo, em caso de insucesso.

A carga de Lavalleya contra o flanco esquerdo brasileiro foi desbordante, atingindo o destacamento do General Abreu pela extrema esquerda, lançando-o em completa desordem sobre a 2ª Divisão. Cavalaria oriental e milicianos de Abreu se aproximam, emaranhados, da 2ª Divisão, que tinha a 2ª Brigada de Infantaria ao centro formada em quadrado e as 3ª e 4ª Brigadas de Cavalaria nos flancos, em



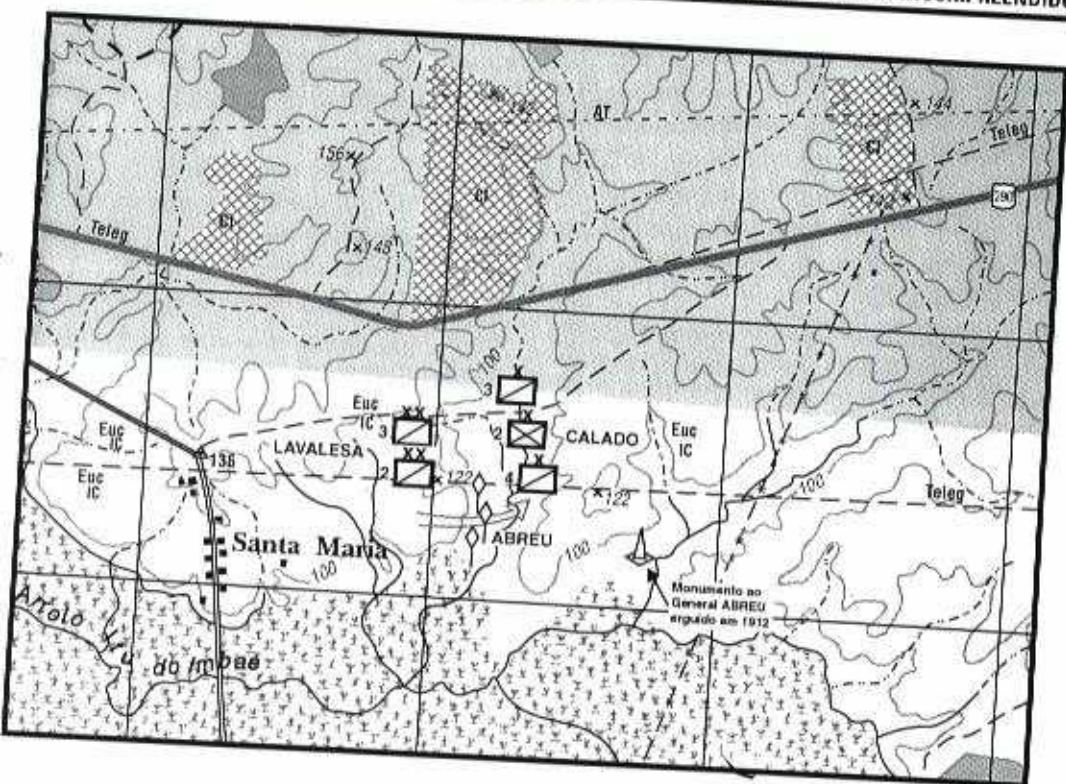
colunas de esquadrões. A massa em desordem atingiu o 5º Regimento de Cavalaria da 4ª Brigada de Cavalaria e foi detida pelo fogo da 2ª Brigada de Infantaria comandado pessoalmente pelo General Callado, que havia acabado de ter seu cavalo morto. O 5º Regimento de Cavalaria se reorganiza, lança-se à perseguição do inimigo completamente disperso pelo fogo da infantaria e recupera o canhão que os milicianos de Abreu haviam abandonado. A força de cavalaria oriental que realizou

esse ataque foi de tal forma atingida pelo fogo brasileiro que se dispersou completamente. Foi, provavelmente, a 2ª Divisão do I Corpo-de-Exército de Lavalleja, sob o comando de Manoel Oribe.

Um segundo ataque de cavalaria é desfechado contra a 2ª Divisão, sendo rechaçado pelo 5º Regimento de Cavalaria da 4ª Brigada de Cavalaria e pelo 20º Regimento de Cavalaria da 3ª Brigada de Cavalaria. Provavelmente essa carga foi desencadeada pela 3ª Divi-

são (Zufriatégui) do II Corpo-de-Exército, depois de exortação pessoal de Alvear. Nesse momento, chega a ordem à 2ª Divisão para liberar a 3ª Brigada de Cavalaria para atuar no flanco direito, ao Norte, do Exército, com a missão de vigiar aquele setor onde o inimigo ampliava seu dispositivo.

Chega ao local da 2ª Divisão, o Coronel Alencastro, do Estado-Maior do Comandante-em-Chefe, solicitando que a divisão se deslocasse para mais perto da 1ª Divisão. O General Callado mos-

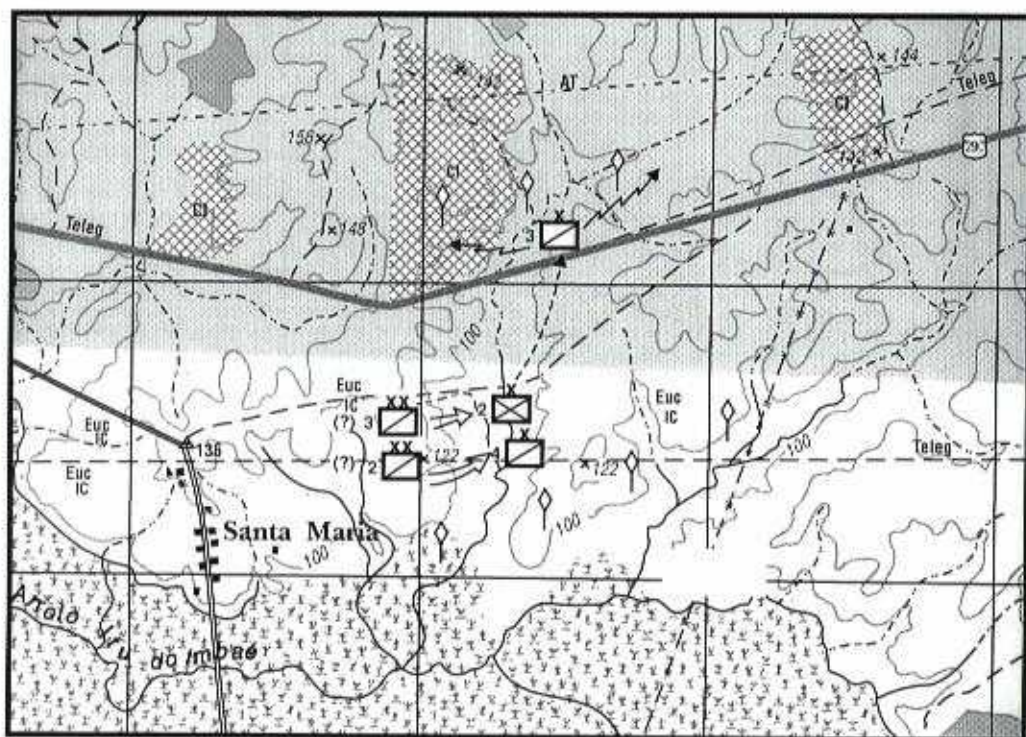


tra ao representante do Marquês nova massa de cavalaria inimiga que se prepara para atacá-lo, o que leva ao cancelamento da ordem. A Divisão é atacada pela terceira vez, agora por 10 (dez) esquadrões, que são recebidos por rajadas disparadas a 20 passos de distância pela 2ª Brigada de Infantaria, causando completo desbaratamento do ataque. Contratata novamente o 5º Regimento de Cavalaria, acompanhado essencialmente pelo Comandante da Divisão. Sucede-se

uma tentativa de alguns esquadrões inimigos em isolar o 5º Regimento de Cavalaria da 2ª Brigada de Infantaria. São batidos de flanco pelo fogo da 2ª Brigada de Infantaria e dispersos.

Por volta das 14:00 hs, o Brigadeiro Callado toma conhecimento de que a 1ª Divisão se retira, e inicia o seu deslocamento no eixo de retraimento do Exército. Sobre a 2ª Divisão, são desferidos os últimos golpes do inimigo na tentativa de destruí-la. Com cerca de 1.200

homens, a Divisão opera um retraimento magnífico, recolhendo carretas, material de parque e peças de artilharia que haviam ficado no centro da zona-de-ação, conduzindo feridos, mantendo o inimigo à distância com seu fogo certo, tudo em meio ao incêndio atado ao campo. Essa façanha da 2ª Divisão fez com que o Marquês de Barbacena louvasse o Brigadeiro Callado na presença de todo Exército acampado em Cacequi após a batalha.



Analizando a batalha didaticamente, à luz dos princípios da manobra e dos de guerra, verifica-se que o General Alvear primou pela observância dos postulados da Segurança, da Surpresa e da Manobra, falhando, no entanto, em obedecer o princípio da Massa. Em nenhum momento o Exército Republicano aplicou poder de combate no momento e local decisivos. Para atingir seu objetivo – a destruição do Exército do Sul – os argentinos e orientais deveriam concentrar o máximo

poder de combate necessário para destruir uma e depois outra divisão brasileira.

Pelo lado brasileiro, verifica-se que pecamos quanto à Segurança, à Surpresa e à Manobra, ao nos encaminharmos para a batalha. No entanto, realizado o engajamento, o Marquês de Barbacena observou cuidadosamente os princípios da Segurança e da Manobra, empregando judiciosamente sua pouca cavalaria para impedir que fôssemos dissociados e cercados e ainda

dispondo suas duas divisões de forma a tentar conquistar vantagem sobre o inimigo. No entanto, o princípio mais bem observado pelo Marquês foi o da Economia de Meios. Naquele dia, praticamente nenhuma força brasileira presente ao campo-de-batalha esteve inativa. Brigadas foram movimentadas para proporcionar o mínimo de força necessário em todos os setores, e se mais não foi feito isso se deveu ao engajamento pelo inimigo.

Essas considerações são meramente didáticas. Efeti-

vamente, o que salvou o Exército do Sul naquele 20 de fevereiro foi a competência, a calma, a disciplina e a coragem dos comandantes e da tropa, reconhecidos inúmeras vezes em vários documentos do inimigo. O Marquês de Barbacena afirmaria após a batalha ... *a primeira carga comandada pelo Sr. Barreto e a retirada da 2ª Divisão comandada pelo Sr. Callado estão sempre presentes na minha memória.*

Em relação à idéia da improvisação argentina, é difícil aceitar que o campo-de-batalha, bem como o dispositivo e a manobra executados pelo Exército Republicano tivessem sido obra do acaso ou de uma improvisação ocorrida naquelas 24 horas antes da chegada do Exército do Sul às proximidades do Passo do Rosário. Infelizmente, razões políticas fizeram com que a própria historiografia da batalha fosse distorcida. Se para os brasileiros foi amarga a constatação de que o Exército do Sul caíra numa bem montada armadilha, para os argentinos foi ainda mais difícil admitir que ela falhara, comprometendo definitivamente a campanha e a guerra.

O Exército do Sul, tendo sofrido pouco mais de 200 mortos e prisioneiros, causando ao inimigo número superior de baixas, se retirara incólume de um terreno incendiado e dominado pelo inimigo para se posicionar a coberto do Rio Ibicuí. Ao contemplar o Exército do Sul se afastar em passo ordinário, com suas bandeiras e canhões, mantendo seus perseguidores à distância do tiro de fuzil, a sensação do General Alvear pode ter sido parecida com a de um moderno comandante de Divisão que, num hipotético campo-de-batalha, visse uma brigada inimiga retrair intacta do bolsão de sua planejada defesa móvel, a despeito dos ingentes esforços de seus blindados em cercá-la e destruí-la. Estava encerrada a campanha.

O SIGNIFICADO DA BATALHA, DA CAMPANHA E DA GUERRA

A Guerra da Cisplatina e, conseqüentemente, a Batalha do Passo do Rosário não podem ser analisadas isoladamente. Esse importante episódio de nossa História Militar se insere no secular

conflito protagonizado pelos colonizadores espanhóis e portugueses na América do Sul desde o século XVII.

As origens desse conflito são geográficas e políticas. Do ponto de vista geográfico, a imprecisão e o artificialismo do Meridiano de Tordesilhas não seriam suficientes para delimitar as ações dos núcleos geoistóricos de São Vicente (1532), Assunção (1547) e Buenos Aires (1536 e 1580), a expedir partidas colonizadoras que inevitavelmente iriam se chocar. Do ponto de vista político, observou-se, desde o início do processo de colonização, que as lideranças locais nem sempre obedeciam às diretrizes das metrópoles, perseguindo objetivos próprios.

Já no final do século XVI, os paulistas atacavam e destruíam as aldeias hostis de tupiniquins no Tietê. Engrossadas suas fileiras por aventureiros do Rio de Janeiro e Espírito Santo, essas expedições passaram a se chamar bandeiras. Em 1628, deram início à invasão da região das reduções jesuíticas no Guaira, situadas entre os Rios Parana-panema, Itararé, Iguaçu e Paraná, destacando-se aí as cidades de Cidade Real, à

margem do Rio Pequiri, e Vila Rica, às margens do Ivaí, ambas habitadas por espanhóis. Em 1631 os bandeirantes destruíram Cidade Real e Vila Rica, obrigando os jesuítas e índios a se retirarem para reduções estabelecidas no Paraguai.

Entre 1624 e 1626, os jesuítas do Paraguai haviam estabelecido inúmeras reduções numa vasta região que ia das margens do Rio Uruguai às do Rio Taquari. A parte oriental desse território era chamada de Campos de Tapes e a ocidental convencionou-se chamar, mais tarde, de Missões. Em 1636 os bandeirantes iniciaram seus ataques a esse território, destruindo, dois anos depois, todas as reduções a leste do Rio Uruguai. No entanto, essas incursões bandeirantes não fixaram núcleos colonizadores na região das Missões. Paulatinamente, os jesuítas e índios voltaram à região, reorganizando as reduções, ficando indefinida a sua posse.

O núcleo bandeirante mais ao sul no litoral, por volta da segunda metade do século XVII era Laguna, fundada em 1676, pelo paulista Domingos de Brito Peixoto. De Laguna irradiaram as partidas colonizado-

ras que iriam ocupar a região ao norte do Jacuí.

Consoante o antigo desígnio geopolítico português de domínio da foz do Rio da Prata, em 1º de janeiro de 1680, o Governador do Rio de Janeiro, D. Manuel Lobo, fundou, na margem esquerda do Rio da Prata, a Colônia do Sacramento. Oito meses depois, a 7 de agosto de 1680, uma força espanhola composta por 290 espanhóis e 3.000 índios das missões, tomava a Colônia do Sacramento. O tratado de 7 de maio de 1681, assinado entre Portugal e Espanha, garantiu a devolução da colônia a Portugal, que se efetivou em 1683.

Em 1704, em consequência da Guerra da Sucessão espanhola, que colocou Portugal e Espanha em campos opostos, a Colônia do Sacramento seria mais uma vez atacada. Depois de resistir a uma série de ataques dos espanhóis e dos índios, os portugueses, cumprindo determinações superiores, rompem o cerco e abandonam a colônia. O tratado de 6 de fevereiro de 1715 entre Portugal e Espanha, devolveu, mais uma vez, a Colônia aos portugueses. No entanto, os espanhóis introduziram uma cláusula no tratado segundo

a qual o território da colônia ficaria limitado ao de um tiro de canhão. Essa intenção espanhola de isolar a colônia levou os portugueses a tentarem ocupar a enseada de Montevidéu, no que falharam. Os espanhóis fundaram, em 24 de dezembro de 1726, a cidade de Montevidéu, com famílias vindas de Buenos Aires.

Em 1735, o governador de Buenos Aires, D. Miguel de Salcedo, empregando tropas espanholas e índios guaranis das missões, ataca novamente a Colônia do Sacramento, sem conseguir tomá-la, graças aos reforços chegados do Rio, Bahia e Pernambuco.

Em 1736, os portugueses tomam a ofensiva estratégica no conflito colonial, lançando uma poderosa expedição, sob o comando do Brigadeiro José da Silva Paes que, inicialmente destinada a atacar Montevidéu, estabeleceu as fortificações em Rio Grande e no Chuí e ocupou militarmente a Ilha de Santa Catarina. Essa iniciativa foi decisiva na luta pela definição dos limites portugueses no Sul do Brasil. Rio Grande se tornou importante base de operações terrestre e naval a meio caminho da Ilha de Santa Ca-

tarina e da Colônia do Sacramento, atraindo ainda viajantes portugueses e tomando vida própria que se expandiu na região.

Em 13 de janeiro de 1750, fruto do clima político de entendimento entre as Coroas portuguesa e espanhola, foi assinado o Tratado de Madri, segundo o qual, o limite entre os domínios portugueses e espanhóis correria do norte para o sul pelo Rio Uruguai até o Rio Ibicuí, seguindo por este até as cabeceiras do Rio Negro e, daí, seguindo para o sul pelo divisor de águas entre os rios a leste, que correm para o Oceano Atlântico, e os rios a oeste, que correm para o Rio Uruguai e Rio da Prata, inflitando finalmente para este, encontrando o oceano na altura do Monte de Castillos. Como principais características deste tratado, podem ser apontados o delineamento semelhante à atual configuração do Brasil e o afastamento lusitano da foz do Prata, ficando todos os rios imediatos ao desembocadouro do Rio da Prata em mãos espanholas.

O Tratado de Madri ensejaria outra guerra. Os índios que habitavam a região, apesar dos estímulos oferecidos – dinheiro e isen-

ção de impostos às Coroas – rebelaram-se, sob a direção política do padre alemão Matias Strobel e comando militar do padre Lourenço Balda, cura de São Miguel, contra o tratado, oferecendo tenaz resistência, que só seria vencida em 16 de maio de 1756, com a entrada das tropas luso-espanholas em São Miguel das Missões. Essa atuação dos jesuítas lhes valeu a expulsão da Companhia de Jesus da Espanha e de Portugal. As inúmeras resistências ao Tratado de Madri, em ambos os países signatários, levaram, no entanto, à sua anulação em 1761.

As alianças franco-espanhola e anglo-portuguesa em 1761 engendrariam outra guerra na América do Sul. Em 29 de outubro de 1762, mais uma vez, caía em mãos espanholas a Colônia do Sacramento. Dessa vez, no entanto, os espanhóis, dirigidos pelo belicoso D. Pedro de Ceballos, governador de Buenos Aires, continuaram seu avanço, conquistando, a 12 de maio de 1763, a praça de Rio Grande e atravessando o canal. Apesar do estipulado pelo Tratado de Paris, segundo o qual deveria ser restituído a Portugal tudo o que havia

sido tomado pelas armas, os espanhóis só devolveram a Colônia do Sacramento, permanecendo firmemente posicionados em Rio Grande. Pouco depois, os portugueses conseguiram repelir os espanhóis para a margem sul do canal. Observa-se nessa postura espanhola que o centro de gravidade do conflito luso-espanhol no cone sul se deslocou para o norte. Já sabiam a esta altura, portugueses e espanhóis, que a Colônia do Sacramento era insustentável e que a praça de guerra mais importante era Rio Grande. Construíram os espanhóis, também, o Forte de Santa Tecla, próximo a Bagé, de indiscutível valor estratégico. A concepção da próxima campanha espanhola era clara – conquistar toda a região ao sul do Rio Jacuí.

Os portugueses conseguiram, em 2 de abril de 1776, a brilhante vitória que recolocou Rio Grande em suas mãos, destruindo antes, a 26 de março, o Forte de Santa Tecla e conquistando, em 31 de outubro, a trincheira de São Martinho, que dominava o acesso aos Sete Povos das Missões.

Dando prosseguimento a seu intento, os espanhóis criam o Vice-Reinado do

Prata em 1776, englobando os governos do Rio da Prata, Paraguai, Tucuman, Charcas e Cuyo, nomeando para vice-rei nada mais nada menos do que D. Pedro de Ceballos. Este não perde tempo e, em fevereiro de 1777, conquista a Ilha de Santa Catarina, excepcional base naval que garantia as ligações do Rio de Janeiro com o sul do País. Pouco depois, a 3 de junho de 1777, Ceballos conquistou a Colônia do Sacramento, destruindo as muralhas e o porto da disputada colônia, antes da chegada das ordens para cessação das hostilidades.

Mais um tratado de limites foi assinado entre as duas metrópoles — o de Santo Ildelfonso — a 1^a de outubro de 1777. A vitória espanhola, apoiada no êxito militar, era indiscutível. “Devolveria-se” a Ilha de Santa Catarina

a Portugal, ao mesmo tempo em que este cedia a Colônia do Sacramento e a Espanha consolidava a posse dos Sete Povos das Missões. Vale a pena observar que, se os luso-brasileiros não tivessem se estabelecido firmemente em Rio Grande, o Tratado de Santo Ildelfonso teria deslocado ainda mais para o norte, na linha do Jacuí, o limite sul do país, conforme o plano de campanha espanhol formulado em 1774. O tratado criava ainda a Zona Neutral, uma faixa de cerca de 150 km de largura, abarcando o que hoje conhecemos como a campanha gaúcha, que atravessava os domínios coloniais, onde não poderiam ser instalados colonos e fortificações. Dessa forma, dois pontos fortes balizavam a fronteira militar do sul do Brasil, Rio Pardo face às

Missões e Rio Grande frente à linha do Chuí e Jaguarião.

Em 1801, em decorrência de nova guerra entre Espanha e Portugal por força de alianças européias, do desejo português de se vingar em terras americanas das humilhações e revezes que sofria na Europa e do inconformismo luso-brasileiro com as imposições de Santo Ildelfonso, os gaúchos liderados por Manuel dos Santos Pedroso, fazendeiro e descendente de um vaqueano de Gomes Freire, natural de Curitiba, e José Borges do Canto, natural de Rio Pardo, tomam facilmente os Sete Povos das Missões e barram nos passos do Rio Uruguai os reforços espanhóis que tentam reforçar as guarnições vencidas. Ao sul, o comandante da Fronteira, Manuel Marques de Souza, bate o destacamento espanhol que lhe faz frente em Santa Tecla.¹²

Antes que uma contra-investida espanhola pudessem ser organizada, a turbulência napoleônica na Europa produziu efeitos irreversíveis e profundos na América do Sul. Napoleão sequestrou a Família Real espanhola e provoca a fuga da Família Real portuguesa

¹² Os Marques de Souza constituíram uma singular linhagem de soldados. O primeiro deles, a quem nos referimos neste parágrafo, participou das lutas contra os espanhóis no final do século XVIII e início do século XIX. O segundo, seu filho, general, morreu envenenado durante a Guerra da Cisplatina, tendo no bolso o decreto de sua nomeação como Comandante-em-Chefe das Forças Brasileiras. O terceiro dos Marques de Souza foi ao campo de batalha aos 12 anos de idade acompanhando o avô na Guerra contra Artigas. Participou da Batalha do Passo do Rosário, como tenente do Estado-Maior do Brigadeiro Barreto, Comandante da 1^a Divisão, que destacou sua atuação durante a batalha. Mais tarde, em 1852, como Brigadeiro, comandaria a Divisão Brasileira na Batalha de Monte Caseros, decidindo o combate. Quando os paraguaios foram cercados em Uruguaiana, em 1865, no início da Guerra da Tríplice Aliança, assumiu o comando das forças aliadas que operavam em território brasileiro contra os paraguaios, atuando perante os aliados platinos com as costumeiras altivez e firmeza que haviam caracterizado seu comando em 1852.

para o Brasil. Esses acontecimentos modificariam definitivamente o quadro político e estratégico na América do Sul.

Abriu-se o processo de independência das colônias espanholas, com a consequência imediata do esfacelamento de seu poder político e militar, surgindo o caudilhismo provinciano que dominaria a campanha argentina e uruguaia por boa parte do século. Opor-se-iam, a partir de então, nas terras platinas duas grandes forças – o centralismo esclarecido e autoritário de Buenos Aires e o barbarismo romântico e libertário do pampa. Esse conflito ideológico e cultural inspiraria a maior parte dos conflitos no extremo sul do continente durante o século XIX e envolveu seguidamente o Brasil nas Guerras de 1811, 1816, 1827, 1851-52 e 1864.

Modificou-se o balanço de forças políticas e militar no extremo sul do continente. Desaparecendo o Vice-Reinado do Prata, criado para fazer frente ao Vice-Reinado do Brasil com sede no Rio de Janeiro, pouco podia fazer a incipiente federação das Províncias Unidas do Prata frente a D. João VI apoiado pela Inglaterra,

desejoso de expandir seus limites até o Rio da Prata e disposto a vingar-se das humilhações sofridas pelos espanhóis e franceses na Europa.

Inaugurou-se a ambição portenha da reunificação do Vice-Reinado, com vistas imediatas sobre a Cisplatina e o Paraguai, estímulo que moveu seguidas aventuras militares e desentendimentos até meados do século. Ao mesmo tempo, essas duas antigas províncias do Vice-Reinado se converteram em símbolos da campanha de reunificação de Buenos Aires, que legitimava a própria federação perante os olhos de outras províncias proto-rebeldes.

Somou-se a tudo isso o desejo, na época bastante factível, de uma Monarquia em Buenos Aires com D. Carlota Joaquina no trono. Essa ambição da esposa espanhola de D. João VI envolveria Portugal e Inglaterra na questão da Cisplatina e foi desencadeada pela reação dos espanhóis à revolução de 25 de maio de 1810 em Buenos Aires. Montevideu tinha se tornado um centro de resistência espanhol à causa da independência platina e objeto da ambição de D. João VI, de D. Carlota

Joaquina e da Junta Governativa de Buenos Aires. Estava montado o cenário dos próximos conflitos.

Em julho de 1811, o Exército Pacificador da Banda Oriental, sob o comando de D. Diogo de Souza, invadiu a Cisplatina, dando início à intervenção luso-brasileira. O resultado imediato dessa intervenção militar foi o levantamento do cerco de Montevideu pelas tropas argentinas, provocando o exílio de Artigas, que abandonado pelos argentinos e discordando da conciliação com os espanhóis se retira para o outro lado do Uruguai. A 27 de maio de 1812, foi assinada uma convenção entre o Reino Unido e Buenos Aires, segundo a qual deveriam ser retiradas da Banda Oriental, no mínimo prazo, as tropas de ambos os lados. Durante essa guerra, foi enviado a Assunção o General Abreu com o intuito de apoiar os paraguaios que, no entanto, já haviam conseguido sozinhos expulsar os argentinos.

Durou pouco o tratado. Em 20 de outubro de 1812, Montevideu estava de novo cercada pelas tropas argentinas sob o comando do General Rondeau, caindo em mãos dos revolucionários a 20 de

junho de 1814, agora sob o comando do General Alvear. O conflito latente entre argentinos e uruguaios explodiu na Batalha de Guayabos, vencida pelos últimos. A 26 de fevereiro de 1825, caía em mãos artiguistas Montevideu, passando o caudilho oriental a dominar não só a Cisplatina como também Entre-Rios e Corrientes. É importante frisar que André Artigas, filho adotivo de Artigas e nascido em São Borja, estava firmemente decidido a reconquistar os Sete Povos das Missões.

Artigas não era chefe-de-Estado dedicado ao governo de um país pacífico, dentro de limites clara e previamente estabelecidos, como reconhecemos hoje no nosso vizinho e amigo Uruguai. Era um líder revolucionário que pretendia estender às províncias de Entre-Rios, Corrientes e às Missões uma vaga forma de organização republicana federativa que, na prática, significava desordem e violência. Não surpreende que sofresse a oposição de Francia, do Paraguai, e do Governo de Buenos Aires, sendo visto pelos luso-brasileiros como uma ameaça concreta à integridade territorial do Brasil naquela região.

As principais batalhas da Guerra de 1816 a 1820 foram travadas em território reconhecido como brasileiro. A guerra se iniciou com a invasão do território brasileiro. São Borja foi sitiada durante treze dias, só sendo salva pela chegada providencial de Abreu. Depois da Campanha das Missões, onde Artigas foi vencido, o exército luso-brasileiro atacou as povoações da margem direita do Uruguai, a fim de destruir os bandos irregulares de Artigas que inquietavam as Missões. Segue-se uma série de batalhas ao sul do Rio Ibicuí, onde também os orientais são batidos. A 20 de janeiro de 1817, as forças luso-brasileiras entravam em Montevideu. A 22 de janeiro de 1820 a derrota final de Artigas ocorre em Tacuarembó, encerrando a guerra. A 18 de julho de 1821, os congressistas orientais votaram pela incorporação da província ao Brasil, considerada distinta das demais províncias brasileiras e preservadas a moeda, língua e administração próprias.

O estudo sucinto dos principais eventos militares na Região Sul do Brasil ao longo de mais de duzentos anos serve para caracterizar

que a Guerra da Cisplatina foi mais uma etapa do conflito luso-espanhol. As origens da guerra estavam na disputa dos limites territoriais dos núcleos geográficos, agora emancipados das metrópoles. As causas podemos encontrá-las nas pretensões concorrentes portenha e artiguista em constituir um grande Estado ao sul do Brasil, desígnio que comprometia inapelavelmente a integridade territorial do Brasil, já esboçada no Tratado de Madrid e configurada no início do século XIX. Essas pretensões vêm à tona quando o poderio espanhol se desmantela e as intervenções luso-brasileiras, executadas em 1811 e 1816 para garantir a estabilidade política e territorial que nos interessava, acrescentaram àqueles desígnios o histórico ódio espanhol aos luso-brasileiros.

A Guerra da Cisplatina tomou também um sentido ideológico, pois a guerra se fazia contra o Imperador do Brasil, e pretendiam os platinos nada mais nada menos do que fundar uma República no Rio Grande do Sul. O objetivo político da guerra era bem consistente, pois se criaria no Rio Grande um es-

tado ideologicamente afirmado às Províncias Unidas, que cumpriria perfeitamente seu papel geopolítico de cobertura face ao Império. O pretexto para a guerra que as Províncias Unidas precisavam para consolidar sua unidade¹³ e reunificar seus sonhados domínios do Vice-Reinado veio com a insurreição de Lavalleja, sem os perigos das idéias artiguistas.

Cabe perguntar, finalmente, o que ocorreria com a Cisplatina se não tivessem ocorrido as intervenções de 1811 e 1816, bem como argüir sobre a profundidade e solidez da incorporação da Cisplatina ao Brasil em 1821. E se Artigas tivesse triunfado na Guerra de 1816-1820? No que interessa ao Brasil é certo que nossa integridade territorial teria sido comprometida. No que interessa ao Uruguai é certo que sua independência não ocorreria. No que toca à Argentina, podemos também estimar que sua integri-

dade territorial teria sido comprometida com a adesão de Entre-Rios e Corrientes ao Grande Uruguai de Artigas. Duas perguntas tão distintas foram respondidas à luz da História, tendo em comum às duas a participação direta do Brasil nas respectivas soluções. O papel do Brasil na região naquele período, como Estado já organizado e agente estabilizador e consciente de seus limites geoistóricos, foi de contenção da instabilidade platina, um fator altamente perturbador que perduraria até meados do século e atingiria o Brasil na Revolução Farroupilha, na Guerra contra Oribe e Rosas e na Campanha do Uruguai, que originou a Guerra da Tríplice Aliança.

Pode-se ainda estender esses questionamentos ao mérito de uma concordância do Governo brasileiro à pretensão de Buenos Aires já manifestada em 1824 de reincorporar a província. Além de não ser o desejo do

povo da província, tal medida, naquela conjuntura, não garantiria nossos limites no sul, traria às nossas portas a desordem que lavrava na América espanhola e aproximaria de nossas fronteiras um poder que há poucas décadas contestara pelas armas nossa presença na região.

É, portanto, uma simplificação a caracterização da Guerra da Cisplatina como um esforço imperialista do Brasil para manter sob seu jugo a Banda Oriental do Uruguai. Embora D. Pedro I, suscetível às glórias imperiais herdadas do pai, resistisse, nas primeiras aproximações diplomáticas da Inglaterra e da França à emancipação da província, nunca opôs resistência obstinada à proposta que foi apresentada pela Inglaterra, histórica aliada de Portugal, amiga do Brasil e que havia atacado duramente a Argentina alguns anos antes. D. Pedro I atuou na crise da Cisplatina com profundo senso de responsabilidade que cabe a um chefe-de-Estado na defesa do interesse nacional, prosseguindo com firmeza na defesa do nosso patrimônio territorial ameaçado, a despeito de atitudes irresponsáveis e demagógicas de fac-

¹³ O Coronel Brandsen, no dia 4 de fevereiro de 1827, a mesma data do Conselho de Guerra em Bagé, escreveu em seu diário - "... Dentro de oito a dez dias, a província do Rio Grande do Sul, será livre ou subjugada, a Banda Oriental salva ou perdida, e a República constituída ou desmantelada, e reduzida a humilhar seu orgulho e sua existência à lei do vencedor." (FRAGOSO, Tasso, A Batalha do Passo do Rosário, Segunda Parte, Capítulo V, pg. 263. Biblioteca do Exército Editora, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1951.)

ções políticas em luta contra o Governo.

Internamente, o assunto da Cisplatina fora deixado de lado na Constituinte de 1823, tendo os liberais se manifestado sobre a conveniência da emancipação uruguaia. O grande estímulo que mobilizou o esforço de guerra brasileiro foi sem dúvida, no Império e no Rio Grande do Sul, a defesa do território nacional. Assim é que o Exército do Sul, desde o início de sua concentração se preocupa em cobrir as fronteiras brasileiras ao sul e a oeste. Os planos ofensivos de Barbacena eram dirigidos contra as Províncias Unidas do Prata, especificamente seu exército, que deveria ser expulso para o outro lado do Uruguai e ocupada Entre-Rios, para inviabilizar a continuação da guerra por Buenos Aires. Por outro lado, os objetivos platinos da guerra e da campanha estão bem claros nas declarações de chefes militares platinos que integravam o Exército Republica-

no – fundar uma República no Rio Grande, reunificar a Cisplatina e consolidar a unidade das Províncias Unidas¹⁴ – e tudo isso, nas próprias palavras dos chefes militares platinos, dependia da destruição do Exército do Sul no próprio território brasileiro. É lícito, portanto, concluir que, desde o início de sua campanha, o Exército do Sul não combateu pela Cisplatina, mas sim lutou pelo Brasil.

AS CONSEQUÊNCIAS DA BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO NA CAMPANHA E NA GUERRA.

O objetivo da campanha de 1826-27 perseguido pelo General Alvear, a destruição do Exército do Sul – não se concretizou. Este, integrado basicamente pelas mesmas tropas e comandado pelos mesmos chefes, continuou a cumprir seu papel estratégico de defesa do território nacional na campanha gaúcha. Deslocou o grosso de seu efetivo para o norte do Rio

Jacuí, concentrando-se próximo à Vila de Cachoeira do Sul, aficando em condições de defender os acessos a Porto Alegre, enquanto a sua cavalaria, operando no setor Lavras, Bagé, Piratini, bem mais ao sul, cobria a estrada que da campanha também demandava Porto Alegre, mantendo cerrado contato com o inimigo, contra o qual travou, com sucesso, seguidos combates.

O fracasso do Exército Republicano em atingir os objetivos da Campanha de 1826-27 levou o General Alvear a esboçar outra campanha, tendo como objetivo conquistar a praça de Rio Grande. Em sua correspondência, Alvear é enfático em recomendar ao governo de Buenos Aires que se aproveitasse esse “último esforço” para se chegar a uma paz honrosa com o Império. Os objetivos iniciais da guerra foram abandonados. Supõe-se que a verdadeira intenção do General Alvear, consciente do estado deplorável de suas forças, foi um deslocamento estratégico no sentido leste, depois de sair de Los Currales para entrar novamente em Bagé, ameaçando hipoteticamente Pelotas ou Rio Grande, de forma a tentar obter um dividendo polí-

¹⁴ “... O plano original era de Lavalleja, chefe da insurreição uruguaia, e tinha em vista estendê-la ao Rio Grande do Sul, em contato com os republicanos, como se disse em sessão reservada do Congresso em Buenos Aires; Livro de Sesiones Reservadas de la Hon Junta, etc., in: de Ricardo Levene, p. 227, la Plata 1936...” (CALMON, Pedro. “Passo do Rosário”, in História do Brasil, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947. 4^a volume: XIV Guerra das Províncias Unidas, pg. 231).

tico para seu governo. Sem poder de combate para investir contra a praça de Rio Grande, vigiado e acossado pela cavalaria brasileira e carente de recursos, o Exército Republicano acabou se internando em Melo.

A campanha que Rivera moveu, em abril de 1828, contra as Missões parece ter se inspirado no fascínio artiguista pela região e também em algumas idéias do plano de operações do mesmo em 1816. Na realidade, não dispunha de força para operacionalizar seu plano – chegar a Porto Alegre, isolando o Exército do Sul. As ações dos orientais nas Missões se limitaram a um monumental saque da região. No entanto, somada aos graves distúrbios dos mercenários estrangeiros no Rio de Janeiro que aparentemente tinham ligações com os platinos, essa campanha de Rivera animou os dirigentes portenhos a tentarem voltar, no transcurso das negociações de paz já em andamento no Rio de Janeiro, a seus antigos objetivos de guerra. A visão realista dos delegados argentinos no Rio afastou essa hipótese e foi consumada a Convenção Preliminar de Paz pela qual a Cisplatina se tornava independente.

O resultado tático da Batalha do Passo do Rosário – fracasso de ambos os Exércitos em destruírem o adversário, deslocamento subsequente dos mesmos para posições estrategicamente mais vantajosas – redundou numa vitória estratégica do Exército do Sul, com a manutenção da integridade do território nacional. A derrota estratégica sofrida pelo Exército Republicano, levou-o ao internamento na campanha uruguaia, nada mais fazendo de relevante. A percepção do fracasso pelo governo das Províncias Unidas veio com a solicitação de paz em maio de 1827, já em meio à luta interna que uma brilhante vitória deveria impedir. O entendimento do fracasso pelos portenhos levou, nesse mesmo ano, o governo de Buenos Aires a fazer amargas acusações contra o General Alvear, que teve que se defender arduamente do peso da derrota.

No mar, a Esquadra Brasileira, ao longo de todo conflito, manteve o bloqueio contra Buenos Aires e garantiu a nossa ligação marítima entre o Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande. O bloqueio, a despeito das pressões interna-

cionais e de algumas tentativas fracassadas de rompimento pela esquadra platina comandada pelo Almirante Brown, surtiu o efeito desejado, como demonstram alguns depoimentos de líderes políticos e militares de Buenos Aires a respeito das agruras impostas à população. Nesse campo de estudos, o autor de "Independence or Death: British Sailors and Brazilian Independence, 1822-1825", o inglês Brian Vale, em entrevista à Folha de São Paulo, publicada em 2 de fevereiro de 1997, anunciou as suas conclusões a respeito do tema que ele considera mal estudado no Brasil – a guerra naval contra a Argentina durante a Guerra da Cisplatina de 1825 a 1828. O pesquisador inglês concluiu que a continuação da guerra levaria a Marinha do Brasil, como força bem equipada e experiente que era, a destruir, inevitavelmente, a esquadra platina no Rio da Prata e destruiria o comércio de Buenos Aires. Conclui ainda que o Almirante Brown, comandante da esquadra platina, foi inapelavelmente derrotado na luta para tentar romper o bloqueio brasileiro. Essas conclusões sobre as operações navais re-

forçam nossa compreensão da necessidade de os argentinos e orientais procurarem a batalha decisiva terrestre como chave da vitória na Guerra.

CONCLUSÃO

O Exército Brasileiro não foi derrotado no Passo do Rosário. Procurou e enfrentou, em campo raso, um exército superior em número e com maior mobilidade. Desengajou-se do combate quando não havia mais condições de vitória, preservando seu poder de combate, causando mais baixas ao inimigo do que sofreu, sem ser perseguido ou perder qualquer troféu – bandeira ou artilharia – que caracterizasse, segundo os costumes militares da época, derrota. Suas duas grandes unidades, a 1ª e 2ª divisões, saíram vitoriosas em todos os envolvidos nos quais se envolveram no decorrer da batalha. O Exército do Sul se retirou de um terreno dominado pelo inimigo e flanqueável, marchando para se apoiar em rio obstáculo, de onde lançou novamente elementos que deram continuidade à guerra.

A frustração, em 20 de fevereiro, foi do comando argentino, que necessitava de uma vitória política e estratégica decisiva e, dispondo de incontestável vantagem, contava destruir o Exército do Sul. As elevadas expectativas do General Alvear e as exageradas narrativas, não confirmadas posteriormente, levaram-no a Conselho de Guerra.

O resultado da Campanha de 1826-27 foi favorável ao Brasil graças aos resultados da batalha de Passo do Rosário. A Argentina pediu a paz em maio de 1827 e retirou seu Exército de Campanha do Território do Rio Grande do Sul. Outras limitações impediram que o resultado dessa campanha findasse a guerra nessas condições.

O resultado da Guerra da Cisplatina não foi a “perda” da Banda Oriental. Ao ser criada a República Oriental do Uruguai, reconhecia-se oficialmente a Fronteira Sul do Brasil, o grande objetivo político dos luso-brasileiros ao longo de várias décadas, desde o tratado de Madri. Esvaziava-se também a reunificação do Vice-Reinado do Prata, um objetivo da elite política portenha, que conspirava contra os anseios

de liberdade de paraguaios e uruguaios e tinha um potencial de renovação de velhos conflitos territoriais com o Brasil. Nada disso teria acontecido se o Exército do Sul tivesse sido derrotado no Passo do Rosário.

Ao marcharem contra o inimigo na manhã daquela terça-feira, 20 de fevereiro de 1827, combatendo durante todo o dia, inferiorizados numericamente, em meio à tempestade da cavalaria platina, os soldados brasileiros do Exército do Sul escreveram, sem dúvida, uma das mais belas páginas de nossa História Militar. Ao final do dia, marchando em passo ordinário, fileiras cerradas, em meio ao incêndio ateadado ao campo, ofereceram ao inimigo um belo espetáculo de dignidade e bravura, que consolidou a imagem do soldado brasileiro. Convictos de que haviam defendido de maneira irrepreensível, no campo de batalha, a honra e o interesse nacionais, não tinham idéia do triunfo que haviam alcançado. A marcha inexorável da História, deixando para trás os sectarismos da poeira dos acontecimentos, haveria de mostrar a grandeza e a extensão daquele triunfo incompreendido.

BIBLIOGRAFIA

CALMON, Pedro. História do Brasil. São Paulo – Companhia Editora Nacional, 1947.

FRAGOSO, Tasso. A Batalha do Passo do Rosário. 2ª edição. Rio de Janeiro – Biblioteca do Exército Editora, 1951.

ATTARA, Ladislau dos Santos. Memórias do Grande Exército Aliado Libertador do Sul da América, na Guerra de 1851 a 1852, e dos acontecimentos mais notáveis que precederam-na, desde vinte anos. Rio de Janeiro – Biblioteca do Exército Editora, 1950.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho. História Geral do Brasil. 5ª edição integral. São Paulo – Edições Melhoramentos, 1956.



Faça agora o seu pedido de assinatura e receba em seu endereço os quatro números anuais da Revista Militar de Ciência e Tecnologia para 1997

1 9 9 7

Valor da Assinatura Anual: R\$ 15,00

Remeta um cheque no valor da assinatura anual em favor da Biblioteca do Exército, constando no verso do mesmo sua finalidade

NOME

MILITAR

☐ Ativo
☐ Reservista

Organização Militar (OM)

CIVIL

Profissão

ENDEREÇO

CIDADE

UF

PAÍS

CEP

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Palácio Duque de Caxias – Praça Duque de Caxias, 25 – Ala Marcílio Dias – 3º andar – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20221-280

União Grátis de todo o Brasil: 0800/ 23.9365

Telefone: (021) 519.5569 - E-mail: bibliex@bism.com.br